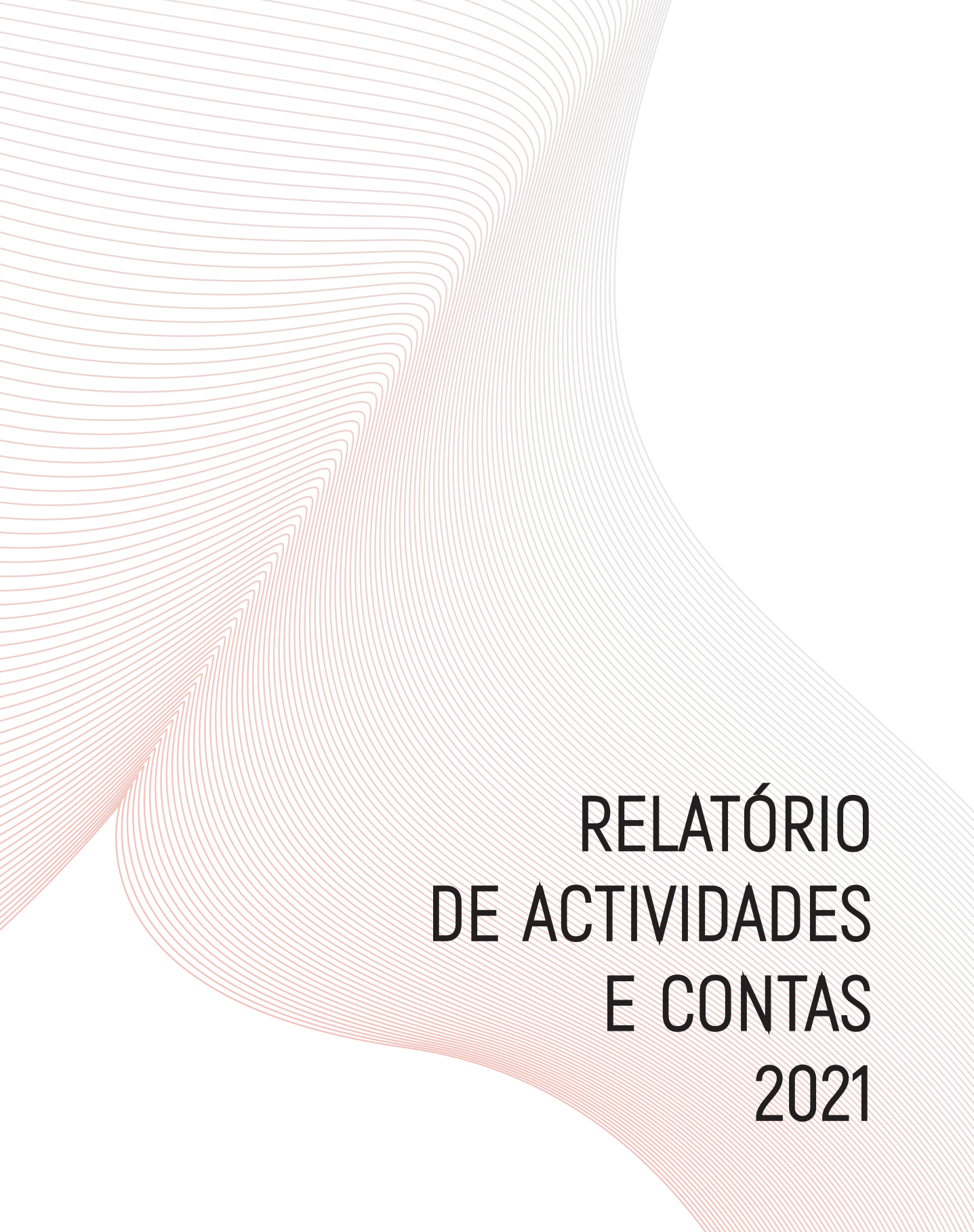




RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS 2021

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS 2021

Título: Relatório de Actividades e Contas 2021

Elaboração: Imprensa Nacional - E. P.

Capa: Imprensa Nacional - E. P.



Edição e Produção Gráfica

Tiragem: 50 exemplares

1.ª Edição: Maio 2022

* Esta publicação, no seu todo ou em parte, não pode ser produzida ou transmitida por forma ou processo mecânico ou fotográfico, incluindo fotocópia, sem autorização prévia da Imprensa Nacional - E. P.

Índice

Capítulo 1 - Mensagem do Presidente do Conselho de Administração.... 7

Capítulo 2 - Conjuntura Económico-Financeira..... 13

2.1. Contexto Internacional 15

2.2. Contexto Nacional 17

Capítulo 3 - Breve Historial da Imprensa Nacional 21

3.1. A História 23

3.2. Historial de Produção do *Diário da República* 24

Capítulo 4 - Indicadores Económicos e Financeiros 27

4.1. Rácios Económicos e Financeiros 29

4.2. Principais Indicadores..... 30

Capítulo 5 - Produtos e Serviços 31

Capítulo 6 - Estrutura Orgânica..... 35

6.1. Organigrama..... 37

6.2. Órgãos Sociais..... 38

Capítulo 7 - Orientações Estratégicas 41

Capítulo 8 - Balanço das Actividades 45

8.1. Actividades por Domínio 47

8.1.1. No domínio da Edição e Publicação 47

8.1.2. No domínio da Produção Gráfica 50

8.1.3. No domínio das Tecnologias de Informação e Telecomunicações 51

8.1.4. Projectos Estruturantes..... 51

8.2. Recursos Humanos..... 53

Capítulo 9 - Desempenho Operacional e Financeiro	55
9.1. Análise Operacional.....	57
9.1.1. Proveitos Operacionais	57
9.2. Análise Financeira	60
9.2.1. Resultados.....	60
9.2.2. Capital Próprio.....	60
9.2.3. Activo Corrente	61
9.2.4. Activo Não Corrente	62
9.2.5. Proposta de Distribuição de Lucros	66
 Anexos	 67
Anexo 1: Balanço Patrimonial	69
Anexo 2: Demonstração de Resultados do Exercício.....	70
Anexo 3: Demonstração do Fluxo de Caixa.....	71
Anexo 4: Notas Explicativas às Contas	72
Anexo 5: Parecer dos Auditores Externos	91
Anexo 6: Parecer do Conselho Fiscal.....	93
Anexo 7: Balancete Antes do Apuramento do Resultado.....	97
Anexo 8: Balancete Após o Apuramento do Resultado.....	125
Anexo 9: Balancete Geral Final.....	153
Anexo 10: Mapa de Amortizações e Reintegrações do Imobilizado.....	181
Anexo 11: Galeria de Fotos.....	275

CAPÍTULO

1

**MENSAGEM
DO PRESIDENTE
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**



Por esta via o Conselho de Administração apresenta as principais realizações e o resultado económico e financeiro da Imprensa Nacional E.P., referente ao exercício de 2021, marcado pelo contexto de crise económica e financeira e agravada pelas consequências nefastas da Pandemia da COVID-19.

No exercício findo, assistiu-se a uma inversão da trajectória de recessão da economia nacional que se vinha assistindo nos últimos anos, dando lugar a um crescimento que se estima 2,2% fortemente influenciado pelos seguintes factores: (i) desagravamento das restrições de mobilidade impostas pela pandemia da COVID-19; (ii) aumento da procura agregada de bens de consumo e investimento; (iii) retoma da actividade económica ao nível mundial e nacional; e (iv) aumento dos preços do petróleo.

Vale salientar que a ténue melhoria do ambiente de negócios, sobretudo no domínio da política monetária e cambial, e a abertura paulatina da economia propiciaram, ao nível operacional da empresa, um desempenho positivo, traduzido no aumento do volume de vendas e prestação de serviços em cerca de 24% face ao período homólogo do ano anterior.

No domínio da edição e publicação, não obstante as restrições impostas pela pandemia da COVID-19, o ano foi marcado pelo aumento significativo de diplomas legais publicados, sobretudo em Diários da I série, que averbou um crescimento de cerca de

33% face ao ano anterior. Neste domínio, assinala-se ainda a redução dos tempos de publicação, sobretudo na I e III séries do *Diário da República*, em cerca de 38% e 34%, respectivamente, reflectindo o árduo trabalho de recuperação de actos atrasados em curso, visando à conformação aos prazos legalmente estabelecidos.

Não menos importante, destaca-se, no período em análise, a edição: (i) **da Nova Constituição de Angola 2021**; (ii) **do Plano Estratégico da Imprensa Nacional 2021-2025**; e (iii) **de outras obras e livros de autores angolanos**, demonstrando claramente o paulatino resgate da vocação editorial da Imprensa Nacional.

No domínio da produção gráfica, no exercício económico de 2021, em obediência ao Despacho Presidencial 91-A/18, de 24 de Julho, ressalta-se a atribuição da quota de produção dos manuais escolares no montante de 4.800.000 exemplares, que ainda assim se situou abaixo da quota determinada pelo sobredito Despacho Presidencial. Com isso, e tendo por base o *down payment* efectuado pelo Ministério da Educação, foi possível recuperar em cerca de 100% os equipamentos fabris ociosos, sedentes de manutenção, e iniciar o processo de produção.

Vale salientar que, a par do investimento colossal feito na recuperação de máquinas, não se mostrou ainda possível à Imprensa Nacional absorver os efeitos induzidos noutras dimensões da empresa, que propi-

ciassem a sua modernização e melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Mas augura-se, no médio prazo, caso se observe o cumprimento escrupuloso do Despacho em apreço, a irradiação dos impactos a todas as dimensões da empresa, designadamente: **(i) financeira, (ii) organizacional e processos, (iii) aprendizado institucional e (iv) clientes.**

Em obediência aos objectivos plasmados no Plano Estratégico 2021-2025, onde avulta a necessidade do reforço e reafirmação da vocação de gráfica de segurança do Estado e produção de documentos de grande valor acrescentado, no ano findo, em parceria com o consórcio integrado pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda de Portugal e a MTD House, no âmbito da materialização do PROSEFA, tendo como base o Decreto Presidencial n.º 216/19, de 15 de Julho, iniciou-se a implementação do sobredito programa, cujos principais marcos se traduziram fundamentalmente na aquisição de *hardware* e *software* de suporte, elaboração e apresentação de propostas de selos e o respectivo preço, organização e constituição de equipas de trabalho, formação em diversos domínios, e auscultação de várias associações empresariais de bebidas e tabacos, visando o arranque do programa no dia 10 de Abril de 2022.

No exercício em análise, o desempenho da Imprensa Nacional continuou a ser afectado pelos efeitos nefastos da fixação de forma administrativa do preço de publicação no *Diário da República* da III série, em Kz 1.000,

descurando-se completamente os custos associados à sua edição e publicação, sem a devida compensação em forma de subsídios a preços. Neste sentido, durante o ano de 2021, foram continuados os contactos com os Departamentos Ministeriais que superintendem tais domínios, augurando em 2022 uma solução definitiva e favorável à empresa. Com isso, a Imprensa Nacional vê-se impossibilitada de realizar investimentos necessários em tecnologias e recursos humanos que propiciem o aumento da eficácia, eficiência e produtividade no domínio da edição e publicação.

Com o propósito de assegurar o acesso universal e gratuito dos cidadãos ao *Diário da República*, foi continuado, em 2021, o processo conducente à modernização e automatização de processos e fluxos de edição e publicação do Órgão Oficial do Estado, consubstanciado no lançamento do concurso público sobre a nova plataforma informática de produção de publicações oficiais, para as três séries do *Diário da República*, tendo culminado com a identificação da empresa prestadora da assistência técnica, em fase de contratação.

Como corolário do desempenho económico e financeiro da Imprensa Nacional no ano de 2021, conjugado com os efeitos induzidos pela crise económica e financeira do País e Pandemia da COVID-19, os registos apontam para a obtenção de um resultado operacional equivalente a **Kz 145.170.845** e um modesto resultado líquido de **Kz 2.634.870**. Salienta-se que o resultado líquido do exercício foi

negativamente afectado por correcções fiscais de anos anteriores e custos associados a documentos não aceites fiscalmente, em obediência ao artigo 11º do Regime Jurídico das Facturas e Documentos Equivalentes.

Em 2022 continuarão actuais a generalidade das expectativas de 2021 que não foram concretizadas na plenitude, visando à sustentabilidade e o equilíbrio operacional da empresa, sendo de destacar as seguintes:

- i. Aprofundamento das negociações entre a AGT e a IN-E.P., iniciadas em Janeiro de 2017, que previam a constituição de uma compensação financeira pela disponibilização dos formulários, pagos pelo contribuinte, como acontece actualmente;
- ii. Criação de condições técnicas e o enquadramento jurídico-legal para a publicação *online* e garantir o acesso universal e gratuito do *Diário da República* aos cidadãos;
- iii. Consolidação paulatina da sua vocação de gráfica de segurança e produção de documentos de grande valor acrescentado, com particular realce para o início da produção, distribuição e comercialização dos selos digitais de alta segurança, e de todos os documentos oficiais de divulgação pública obrigatória (*tais como certidões, títulos de acções de sociedades anónimas, alvarás, impressos, formulários e todos os outros, já hoje previstos no âmbito da legislação das TICs e da sociedade de informação*);

iv. Implementação, por via de enquadramento jurídico-legal adequado, de sistemas tecnológicos de pagamento e cobrança, decorrentes da disponibilização *online* de todos os formulários e impressos, oficial e legalmente adstritos à Imprensa Nacional - E.P., assim como de toda a documentação autoral editada ou produzida pela Imprensa Nacional, no âmbito da sua missão e atribuições, cuja divulgação prossiga o interesse do Estado;

v. Revisão urgente do preço das publicações em Diários da III Série, tendo como base os custos efectivos de edição de cada publicação, e reformulação do disposto no Decreto Presidencial n.º 153/16, de 5 de Agosto ⁽¹⁾, que transferiu para o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos a promoção daquelas publicações em III Série ⁽²⁾;

vi. Garantia de maior eficácia da Lei n.º 7/14, de 26 de Maio ⁽³⁾, no sentido de exigir o seu cumprimento escrupuloso, sobretudo aos Órgãos da Administração Central e Local do Estado.

¹ Decreto Presidencial n.º 153/16, de 5 de Agosto, que aprova o Regulamento sobre os procedimentos especiais de constituição presencial imediata e Online de sociedades comerciais, publicado na 1.ª Série do *Diário da República* n.º 132 de 5 de Agosto de 2016.

² Vide alínea c) do artigo 22.º, sob a epígrafe Diligência Subsequentes, “promoção das publicações legais, as quais se devem efectuar automaticamente e por via electrónica”.

³ Lei n.º 7/14, de 26 de Maio, sobre Publicações Oficiais e Formulários Legais, que estabelece o regime jurídico dos actos emanados dos Órgãos da Administração Central e Local do Estado, dos Tribunais Superiores e outros actos, sujeitos à publicação oficial, publicada na I Série do *Diário da República* n.º 98 de 26 de Maio de 2014.

Ao terminar mais um exercício económico, em nome do Conselho de Administração, aproveito o ensejo para agradecer ao colec-

tivo de trabalhadores que, não obstante as adversidades, tornou possível o alcance dos resultados alcançados em 2021.



**Presidente do Conselho
de Administração**

Lando Sebastião Teta

CAPÍTULO

2

**CONJUNTURA
ECONÓMICO-
-FINANCEIRA**



2.1. Contexto Internacional

2021 foi um ano de recuperação, tendo em consideração a significativa recessão económica verificada em 2020. Estima-se que o PIB mundial tenha crescido 5,9% em 2021 e pondera-se 4,9% para 2022 (0,1 ponto percentual abaixo das projecções feitas em Julho), de acordo com o World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI). A retoma teve por base: (i) o desagravamento das restrições de mobilidade; (ii) as condições monetárias acomodáticas; (iii) as medidas de apoio às empresas e famílias; e, sobretudo, (iv) a execução dos planos de vacinação contra a COVID-19.

Os Estados Unidos da América (EUA) podem ter crescido 5,6% em 2021, recuperando da mais acentuada queda do PIB desde a Segunda Guerra Mundial na ordem de 3,4% registada no ano anterior. O apoio governamental no suporte ao rendimento das famílias e investimento foi de dimensão ímpar, com a aprovação de um dos maiores pacotes de estímulos de sempre à economia dos EUA, no montante global de 1,9 biliões de dólares (The American Rescue Plan Act). No final de 2021, foi aprovado um pacote de investimento em infra-estruturas de 1,2 biliões de dólares, cujo impacto pode começar a ser sentido no crescimento de 2022.

Na Zona Euro registou-se uma expansão de 5,2%, superando a recessão de 6,4% de 2020. A economia do Bloco recuperou de forma mais rápida que o inicialmente esperado, influenciada pela reabertura da

economia. A Comissão Europeia mostrou-se menos optimista que o Fundo Monetário Internacional (FMI), apesar de ter revisto em alta as projecções para o crescimento económico da Zona Euro em 5%.

Já a China teve um crescimento de 8,1% em 2021, uma aceleração face à expansão de 2,3% de 2020, ao passo que para a África Subsariana estima-se que o crescimento de 2021 tenha acelerado para 4%, apoiado também pela subida dos preços de algumas *commodities*.

Para 2022, as principais instituições internacionais concordam que o crescimento mundial irá abrandar face a 2021, perspectivas que se tornaram um pouco mais pessimistas com o surgimento do conflito Rússia-Ucrânia. De acordo com o World Economic Outlook de Janeiro, o FMI previa um crescimento da economia global de 4,4%, ligeiramente mais optimista que o Banco Mundial (4,1%), que considerava que a desaceleração do crescimento teria por base: (i) ameaças de novas variantes da COVID-19, (ii) aumento da inflação, (iii) endividamento e (iv) desigualdades de rendimentos.

Inflação

Em contexto de COVID-19, verifica-se na generalidade, para os Bancos Centrais, desafiante o controlo da política monetária, fundamentalmente nas economias emergentes e em desenvolvimento. O surgimento da pandemia provocou distorções nas cadeias de fornecimento de bens

alimentares e das *commodities*, o que constituiu um grande desafio para as políticas públicas. Outrossim, estas distorções foram agravadas pelas perturbações climáticas, que provocaram entraves à actividade produtiva de insumos essenciais em vários sectores.

O aumento da demanda em consequência dos factores acima apontados, obviamente aliada à escassez, resultaram no rápido aumento dos preços, o que ocasionou uma inflação dos preços do consumidor, pese embora já se ter registado uma tendência do aumento dos preços no período pré-pandemia.

Desde o início do ano 2021, a inflação cresceu rapidamente nos mercados das economias mais avançadas, nas economias emergentes e, nas economias em desenvolvimento, mantendo-se mais estável nos mercados de baixa renda. As projecções do FMI revelam para o ano 2022 uma redução da inflação, apontando para as economias avançadas, uma inflação de 2,3% (menos 0,5 pp que em 2021) e, para o grupo das economias emergentes e em desenvolvimento, estima-se que a inflação se situe em 4,9% (menos 0,6 pp que em 2021).

Preço de Petróleo

As medidas de confinamento, face à pandemia da COVID-19, criaram sérias perturbações na economia mundial, contribuindo para o adiamento das decisões de consumo e investimento, sendo que o sector petrolífero não poderia estar à margem. Porém, desde a segunda metade do

ano 2020 até o final do I Semestre de 2021, verificou-se uma tendência de crescimento do preço fortemente influenciada pelos seguintes factores: (i) expectativas em torno dos efeitos positivos do processo de vacinação; (ii) recuperação de algumas economias, face ao alívio de algumas medidas de restrição; (iii) manutenção do controlo da oferta em níveis controlados por parte da OPEP e seus aliados.

A tendência da variação do preço médio do barril em torno de USD 67 em 2021 revelou-se incerta para 2022.

Comércio Mundial

Em alinhamento com projecções de crescimento económico, espera-se igualmente em 2022 uma desaceleração do volume de crescimento global. As projecções indicam um crescimento de 6,7% em 2022, menos 3 pp do que o projectado para 2021.

Espera-se para 2022 um crescimento no volume do comércio para as economias avançadas e em desenvolvimento na ordem de 7% e 6,5%, respectivamente.

Taxas de Juros

Quanto ao actual cenário de subida das taxas de inflação e de emprego, nas economias avançadas, as perspectivas são que os Bancos Centrais venham a adoptar uma política monetária de contracção, com o objectivo de antecipar a pressão sobre os preços, em resultado de uma demanda mais forte, face às previsões de recuperação económica.

As expectativas são de que as taxas de juros de referência LIBOR (London Interbank Offered Rate), para os depósitos em Euros a 3 meses, continuem a não apresentar sinais de melhorias para patamares positivos em 2022, estabilizando em torno de -0,5%.

Nos EUA, a expectativa é de que as taxas de referência para os depósitos em Dólares Americanos a 6 meses aumentem ligeiramente em 2022 para 0,4%.

Fontes:

- World Economic Outlook;
- Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado (OGE);
- Banco Angolano de Investimentos - Relatório de conjuntura económica anual 2021;
- Ministério das Finanças - IMPACTO DA REESTRUTURAÇÃO ECONÓMICA NA DEFINIÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO (OGE) Agosto, 2021;

2.2. Contexto Nacional

Sector Real

O impacto da pandemia da COVID-19 na economia angolana começou a diminuir, num contexto de elevação dos preços do petróleo e medidas de contenção menos disruptivas. O crescimento não petrolífero começou a recuperar e esperava-se que contribuísse para uma ampla estabilização da produção global em 2021.

A economia angolana tem apresentado sinais de recuperação económica, no contexto pandémico, face ao alívio das medidas

de restrição iniciadas em 2020, ano em que conheceu uma recessão económica sem precedentes de 5,4%.

Dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE) indicam que a economia cresceu 2,2% no último trimestre de 2021, beneficiando da expansão de 0,9% no terceiro trimestre, que permitiu compensar os crescimentos negativos de 0,47% e 0,13% registados nos dois primeiros trimestres do mesmo ano (2021).

O crescimento global esperado para 2021, de 0,2%, é unicamente dependente do sector não petrolífero, que projecta para 2022 um crescimento de 5,2%, apesar da contracção esperada para o sector petrolífero na ordem de 10,6%.

As actividades que contribuíram positivamente para a variação do PIB no quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foram a pesca, com 0,29 pontos percentuais, a Extracção e refino de petróleo, com 0,25 pontos, a extracção de diamantes e outros com 0,53 pontos; o Transporte e armazenagem com 0,61 pontos, a intermediação financeira, com 0,03 pontos, os serviços imobiliários e aluguer, com 0,41 pontos, e outros serviços, com 0,07 pontos.

Inflação

A economia nacional vem registando uma forte pressão dos preços, como resultado da fraca oferta, em consequência de interrupções nas cadeias de distribuição de produtos importados por força da evolução

do surto pandémico a que se assiste nas principais economias de exportação.

Até o início do IV Trimestre de 2021, a inflação acumulada atingiu 19,43%, isto é, 1,39 pp a mais que o valor verificado no período homólogo do ano anterior, sendo que a inflação do período registou 26,5%, representando um aumento homólogo de 2,75 pp.

A inflação homóloga subiu em 2021 para 27,03%, acima dos 25,1% de 2020, sendo que, em Luanda, o principal centro de consumo do País, a inflação acumulada atingiu os 30,43%. O maior aumento de preços foi verificado na classe da alimentação e bebidas não alcoólicas (29,4%), seguida pelo sector da saúde (23,4%). A aceleração no crescimento dos preços também se verificou nas plataformas grossistas, com o Índice de Preços Grossista (IPG) a atingir 31,14% em Dezembro, acima dos 26,85% verificados no final de 2020.

Sector Externo

Dois factores têm condicionado fortemente, desde o II Trimestre de 2020, o sector externo da economia nacional, nomeadamente: (i) recuperação do preço do barril de petróleo no mercado internacional e (ii) queda do volume de exportações, derivada do abrandamento económico, como consequência da crise pandémica.

Com a implementação de medidas de reforma cambial, fortemente facilitadas com os altos preços do petróleo até ao II Trimestre de 2021, foi possível manter a tra-

jectória superavitária da conta corrente que se verifica desde 2018, embora a balança de pagamento tenha permanecido superavitária.

Dados provisórios do I Semestre de 2021 indicam que a conta de bens e serviços registou um superavit de USD 9.382,9 milhões, contra 5.978,8 milhões do período homólogo de 2020, representando um acréscimo de 56.9%, como resultado do aumento das exportações em 25,09% no geral e, em particular, do sector petrolífero em 34,2%.

Com o aumento da oferta da moeda externa devido à recuperação dos preços do petróleo, bem como a gestão mais eficiente de liquidez por parte do BNA, a moeda tem-se mantido amplamente estável em termos nominais desde o final de 2020, de tal modo que já começa a dar sinais de recuo do seu overshooting em direcção à taxa de câmbio de equilíbrio.

Até final do III Trimestre de 2021, a moeda nacional apreciou-se face ao dólar americano em 9,52%, situando-se na taxa de AOA/USD 599,17, e evidenciando desde já a estabilidade que se vive no mercado cambial.

Ao longo de 2020, apesar dos choques severos, as reservas internacionais líquidas mantiveram-se aceitáveis, em parte graças à taxa de câmbio mais flexível e à recuperação do preço do petróleo no mercado internacional em 2020. Até Setembro de 2021,

o stock das reservas internacionais brutas situou-se em USD 16,39 mil milhões, contra USD 14,9 mil milhões no final de 2020, representando um aumento de 9,38%, equivalente a 12,35 meses de importação de bens e serviços. No mesmo ano, as reservas internacionais líquidas fixaram-se em USD 10,13 mil milhões, comparativamente aos 8,8 mil milhões, no final de 2020, representando um aumento de 9,38%, equivalentes a 7,23 meses de importação.

Sector Fiscal

Em 2021, as receitas não petrolíferas mantiveram-se globalmente estáveis em relação ao PIB não petrolífero, na medida em que o efeito das medidas implementadas no final de 2020 compensaram os níveis crescentes de reembolsos do IVA. As despesas primárias também se têm mantido niveladas em relação ao PIB, de tal modo que as expectativas para o fecho de 2021 são de uma despesa primária de 13,5% do PIB, 2,2 pp abaixo da despesa primária de 2020 (15,7% do PIB).

O ajuste fiscal que vem sendo levado a cabo resultará num déficit primário não petrolífero de 4,1% do PIB em 2021, de acordo

com as projecções fiscais de Setembro, 1,3 pp abaixo do registado em 2020. No I e II Trimestre, o déficit primário não petrolífero atingiu os níveis de 1% e 0,2% do PIB, respectivamente.

Sector Monetário

A base monetária contraiu em 11,88% no III Trimestre de 2011, reflectindo-se na redução dos depósitos e notas e moedas em poder público, ao contrário da expansão de 2,9%, ocorrida no I Trimestre. O agregado M2 em moeda nacional também retraiu em 4,93% no III Trimestre.

O sentido restritivo da política monetária foi reforçado no final do II Trimestre com o aumento da taxa básica do BNA, de 15,5% para 20%, com o aumento da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez (FPCL) de 19,88% para 25% e com o aumento da Facilidade Permanente de Aumento de Liquidez (FPAL) de 7% para 12%.

Relativamente ao crédito ao sector privado em moeda nacional, observou-se um aumento trimestral de 1,94%, passando de Kz. 4.262 mil milhões no II Trimestre de 2021 para Kz. 4.344 mil milhões no III Trimestre.

CAPÍTULO

3

**BREVE HISTORIAL
DA IMPRENSA
NACIONAL**



PRENSA NACION



3.1. A História

Fundada a 13 de Setembro de 1845 pelo então regime colonial português, publicou nessa mesma data o primeiro jornal oficial, intitulado Boletim do Governo-Geral da Província de Angola. No dia 10 de Novembro de 1975, foi editado e distribuído o último boletim oficial e, no dia 11 de Novembro de 1975, foi publicado o primeiro *Diário da República* Popular de Angola.

A primeira alteração à denominação ocorreu em 19 de Dezembro de 1978, passando para Imprensa Nacional - U.E.E. Em 28 de Maio de 2004, a Imprensa Nacional - U.E.E. foi transformada numa Empresa Pública, passando a designar-se Imprensa Nacional - E.P.

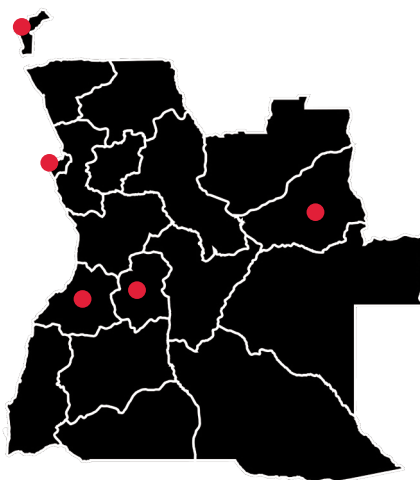
Em Fevereiro de 2009, iniciou-se o processo de Modernização da sua unidade fabril, no Município do Cazenga, aumentando a sua capacidade produtiva para 400.000 livros escolares por ano. Com a implementação

da nova dinâmica, criou-se uma nova Marca e iniciou-se a expansão de lojas integradas nos SIAC, por todos os Guichés Únicos, BUE's, bem como a informatização transversal de todos os serviços. Por conseguinte, a Imprensa Nacional - E.P. tem um total de 18 sucursais e lojas em todo o país.

Em 9 de Maio de 2014, inaugurou a sua Unidade Gráfica de Segurança, vocacionada para a produção de produtos gráficos com os mais altos padrões de segurança.

A Instituição foi recentemente galardoada com o Prémio Sírius 2014, na categoria de melhor relatório de gestão e contas do sector não-financeiro.

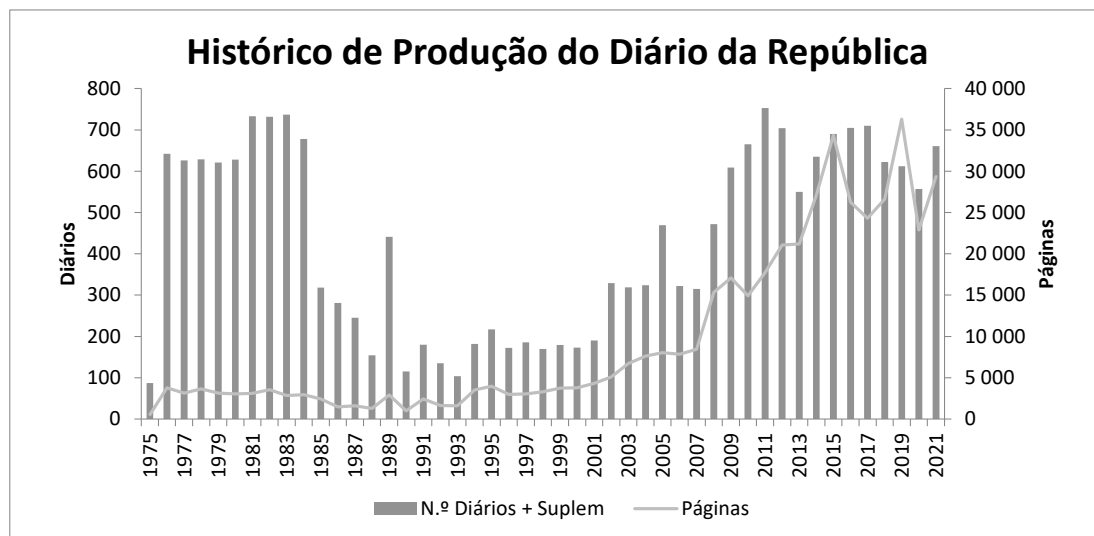
Em Abril de 2015, com o lançamento da primeira pedra, deu-se início à construção da nova fábrica do livro no perímetro da Zona Económica Especial (ZEE) no Município de Viana, com a capacidade de produzir 30.000.000 de livros por ano.



3.2. Historial de Produção do Diário da República

ANOS	I SÉRIE				II SÉRIE				III SÉRIE				TOTAL	
	N.º Diários	N.º Suplem	Soma	N.º Páginas	N.º Diários	N.º Suplem	Soma	N.º Páginas	N.º Diários	N.º Suplem	Soma	N.º Páginas	N.º Diários + Suplem	Páginas
1975	41	5	46	120	41	0	41	436	0	0	0	0	87	556
1976	307	28	335	1 077	307	0	307	2708	0	0	0	0	642	3 785
1977	308	10	318	909	308	0	308	2244	0	0	0	0	626	3 153
1978	307	15	322	1 448	307	0	307	2192	0	0	0	0	629	3 640
1979	307	7	314	933	307	0	307	2192	0	0	0	0	621	3 125
1980	307	14	321	1 158	307	0	307	1884	0	0	0	0	628	3 042
1981	306	6	312	1 146	306	0	306	1530	115	0	115	438	733	3 114
1982	306	5	311	1 510	306	0	306	1568	115	0	115	482	732	3 560
1983	308	2	310	992	308	0	308	1472	119	0	119	402	737	2 866
1984	272	1	273	1 082	298	0	298	1484	107	0	107	376	678	2 942
1985	104	0	104	719	104	0	104	1244	110	0	110	456	318	2 419
1986	105	1	106	194	105	0	105	912	70	0	70	360	281	1 466
1987	95	0	95	444	95	0	95	808	55	0	55	340	245	1 592
1988	51	1	52	454	51	0	51	474	51	0	51	360	154	1 288
1989	66	1	67	1 102	308	0	308	1472	66	0	66	330	441	2 904
1990	55	1	56	547	0	0	0	0	59	0	59	446	115	993
1991	54	15	69	883	54	0	54	456	57	0	57	1100	180	2 439
1992	57	14	71	750	0	0	0	0	64	0	64	880	135	1 630
1993	51	2	53	412	0	0	0	0	51	0	51	1184	104	1 596
1994	60	2	62	755	60	0	60	745	60	0	60	2016	182	3 516
1995	52	5	57	649	104	0	104	1244	56	0	56	2089	217	3 982
1996	55	8	63	773	55	0	55	324	54	0	54	1870	172	2 967
1997	59	9	68	723	59	0	59	316	59	0	59	2000	186	3 039
1998	55	1	56	822	55	0	55	303	59	0	59	2 164	170	3 289

ANOS	I SÉRIE				II SÉRIE				III SÉRIE				TOTAL	
	N.º Diários	N.º Suplem	Soma	N.º Páginas	N.º Diários	N.º Suplem	Soma	N.º Páginas	N.º Diários	N.º Suplem	Soma	N.º Páginas	N.º Diários + Suplem	Páginas
1999	53	12	65	1 336	52	0	52	257	62	0	62	2 160	179	3 753
2000	55	8	63	1 056	54	0	54	299	56	0	56	2 424	173	3 779
2001	65	5	70	1 320	65	0	65	322	55	0	55	2 676	190	4 318
2002	106	6	112	1 467	102	0	102	427	115	0	115	3 200	329	5 094
2003	103	5	108	2 507	103	0	103	553	108	0	108	3 660	319	6 720
2004	105	7	112	2 955	102	0	102	419	110	0	110	4 250	324	7 624
2005	156	2	158	3 326	156	0	156	482	155	0	155	4 220	469	8 028
2006	157	7	164	2 849	0	0	0	0	158	0	158	4 980	322	7 829
2007	157	2	159	2 729	0	0	0	0	156	0	156	5 720	315	8 449
2008	216	10	226	5 110	0	0	0	0	246	0	246	10 232	472	15 342
2009	248	2	250	4 805	112	0	112	229	247	0	247	12 062	609	17 096
2010	249	2	251	4 863	165	0	165	290	249	0	249	9 750	665	14 903
2011	252	1	253	6 389	248	0	248	250	252	0	252	11 110	753	17 749
2012	249	147	396	7 176	59	0	59	764	249	0	249	13 120	704	21 060
2013	251	1	252	4 674	47	0	47	446	251	0	251	16 056	550	21 176
2014	226	4	230	5 824	153	0	153	3 228	252	0	252	17 984	635	27 036
2015	178	7	185	5 186	233	11	244	3 966	252	9	261	25 208	690	34 360
2016	211	7	218	5 760	233	0	233	3 428	245	9	254	17 062	705	26 250
2017	209	8	217	5 698	237	0	237	3 368	249	7	256	15 226	710	24 292
2018	189	4	193	6 066	197	1	198	4 288	217	14	231	16 284	622	26 638
2019	166	9	175	12 852	163	0	163	4 504	231	43	274	18 933	612	36 289
2020	213	24	237	7 564	140	5	145	6 050	153	22	175	9 264	557	22 878
2021	247	15	262	10 640	174	3	177	5 105	205	17	222	13 604	661	29 349
TOTAL	7 749	448	8 197	131 754	6 640	20	6 660	64 683	5 600	121	5 721	256 478	20 578	452 915



CAPÍTULO

4

**INDICADORES
ECONÓMICOS
E FINANCEIROS**



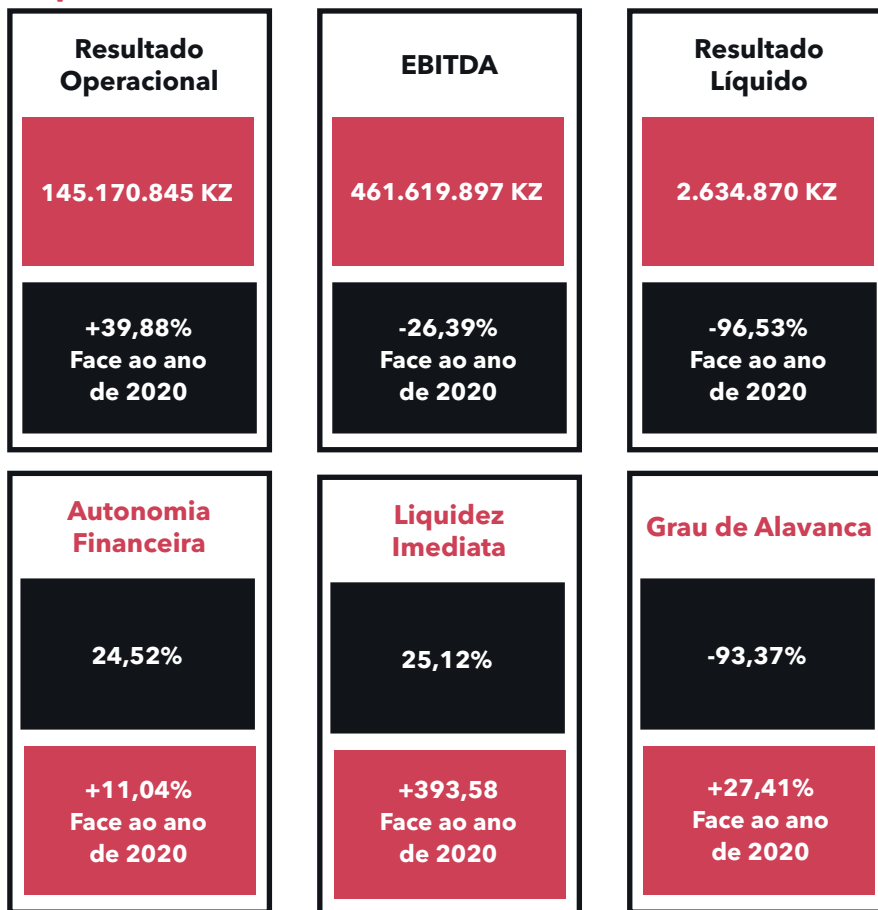
Total by category

Budget	Costs	Difference
10 000,00 \$	700,00 \$	930,00 \$
10 000,00 \$	2000,00 \$	800,00 \$
10 000,00 \$	10 700,00 \$	700,00 \$
10 000,00 \$	3200,00 \$	6800,00 \$
10 000,00 \$	10 000,00 \$	0,00 \$

4.1. Rácios Económicos e Financeiros

	2021	2020	Varição
De Liquidez:			
Liquidez Geral	106,74%	76,35%	39,80%
Liquidez Seca	92,81%	63,08%	47,14%
Liquidez Imediata (Cash Ratio)	25,12%	5,09%	393,58%
De Rentabilidade:			
Operacional das Vendas	4,53%	4,00%	13,17%
Líquida das Vendas	0,08%	2,93%	-97,19%
Margem EBITDA	14,41%	24,19%	-40,45%
Dos Capitais Próprios	0,09%	3,55%	-97,55%
Do Activo	0,02%	0,78%	-97,3%
De Endividamento:			
Autonomia Financeira	24,52%	22,08%	11,04%
Solvabilidade	75,48%	77,92%	-3,13%
Debt do Equity Ratio	307,78%	352,81%	-12,77%
Risco de Endividamento	75,48%	77,92%	-3,13%
Estrutura de Endividamento MLP	18,99%	26,08%	-27,17%
Estrutura de Endividamento CP	81,01%	73,92%	9,59%
Cobertura de Enc. Financeiros	374,33%	126,12%	196,80%
De Operações:			
Volume de Vendas	3 210 007 127	2 593 861 090	23,75%
Margem Bruta (Valor)	2 542 227 579	2 263 741 322	12,30%
Margem Bruta (%)	79,20%	87,27%	-9,25%
Margem de Contribuição	2 542 227 579	2 263 741 322	12,30%
Resultado Operacional	145 170 845	103 782 184	39,88%
EBITDA	461 619 897	627 142 619	-26,39%
Resultado Líquido	1 976 153	56 978 924	-96,53%
Custo Operacional	3 064 836 282	2 490 078 906	23,08%
Custo Variável	667 779 548	330 119 768	
Custo Fixo	2 397 056 734	2 159 959 138	10,98%
Ponto Crítico Operacional das Vendas	3 026 703 535	2 474 944 425	22,29%
Margem de Segurança Operacional	6%	5%	26,04%
Efectivo:			
Efectivo	280	283	-1,06%
Produtividade Média Trabalhador	11 464 311	9 165 587	25,08%
Custo Operacional Médio Trabalhador	10 945 844	8 798 865	24,40%
Índice de Rentabilidade	5%	4%	13,65%
Grau de Alavanca:			
Operacional	17,51	21,81	-19,72%
Financeiro	-5,33	-5,90	-9,58%
Combinado	-93,37	-128,62	27,41%

4.2. Principais Indicadores



CAPÍTULO

5

**PRODUTOS
E SERVIÇOS**

Quarta-feira, 6 de Janeiro de 2010



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 90,00

1.ª Série — N.º 2

ASSINATURAS

	Ano
Até 31 de Maio	Kz: 400 000,00
Até 31 de Setembro	Kz: 236 000,00
Até 31 de Dezembro	Kz: 123 500,00
Até 31 de Março	Kz: 95 700,00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 15,00 e para a 3.ª série Kz: 90,00, incluindo do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósitos prévios a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E. P.

SUMÁRIO

Ministérios dos Petróleos, das Finanças e do Planeamento
Decreto executivo conjunto n.º 1/010
Determina que todos os custos e despesas aprovados pela comissão de operações petrolíferas com a rede de gasodutos serão considerados a incorporar nos custos de desenvolvimento da produção ou de exploração e serviço.

Secretaria de Estado das Águas
Decreto executivo n.º 2/010
Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística.

MINISTÉRIOS DOS PETRÓLEOS, DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO

Decreto executivo conjunto n.º 1/010
de 6 de Janeiro

Considerando que, nos termos do Decreto-Lei n.º 8/99, de 14 de Maio («Decreto de Concessão»), o Governo da República de Angola outorgou à SONANGOL-U.E.E. (actualmente denominada SONANGOL-E. P., e doravante designada «SONANGOL») ou («Concessionária Nacional») uma concessão exclusiva para a Prospeção, Pesquisa, Desenvolvimento e Produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos na área de concessão designada Bloco 31;

Considerando que, nos termos do Decreto de Concessão e de forma a permitir a execução das operações petrolíferas nele contempladas, a SONANGOL celebrou em 26 de Maio de 1999 um Contrato de Partilha de Produção («CPP») com determinadas empresas petrolíferas estrangeiras (estas empresas e quaisquer outras a quem estas tenham legalmente cedido interesses participativos no referido CPP, são doravante designadas «Grupo Empetreiro do Bloco 31»);

Considerando que, como parte integrante das operações de desenvolvimento e produção conduzidas ou a ser conduzidas no Bloco 31, ao abrigo do CPP, volumes significativos de gás associado (acima dos volumes necessários para as operações ao abrigo do CPP) serão produzidos durante a vigência do Decreto de Concessão;

Considerando que devem ser acordadas e implementadas soluções apropriadas relativamente aos volumes não utilizados de gás associado;

Considerando que, nos termos do Decreto de Concessão do CPP e do n.º 1 do artigo 73.º da Lei das Actividades Petrolíferas (Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro) é proibida a queima de gás, excepto por curtos períodos de tempo ou quando necessário por motivo de ensaios ou outras razões operacionais;

Volume 50 (Diários da República)

Página 551

Tipologias de Produtos e Serviços	Produtos e Serviços	Actuais e Potenciais Clientes
Publicações de Edições IN - E.P	- Diário da República - Livros Legislação - Livros de temáticas variadas	Instituições públicas Instituições privadas Cidadão
Outras Publicações	- Livros - Monografias e dissertações - Revistas - Publicações diversas	Instituições públicas Instituições privadas Cidadão
Produtos Publicitários	- Catálogos - Folhetos Cartazes - Material publicitário diverso	Instituições públicas Instituições privadas Cidadão
Estacionários	- Papel carta, Envelopes - Cartões comerciais e de visita - Livros de Registo - Agendas e blocos de apontamento	Instituições públicas Instituições privadas Cidadão
Formulários	- Impressos para arrecadação e liquidação de impostos - Impressos para obtenção de atestados e licenças - Impresso para notificações - Impressos de celebração de contratos e registo de propriedade - Impressos diversos	Instituições públicas Instituições privadas Cidadão
Documentos Seguros	- Diplomas e Certificados - Documentos de Identificação - Selos - Impressos diversos com elementos de segurança	Instituições públicas Instituições privadas
Produtos e Serviços Inovadores	- Formulários electrónicos, - Cartões inteligentes - Plataforma digital de personalização de documentos	Instituições públicas Instituições privadas
Outros Produtos e Serviços	- Carimbo, medalhas e outros documentos cunhados - Rótulos - Caderno escolar - Produtos serviços gráficos diversos	Instituições públicas Instituições privadas Cidadão

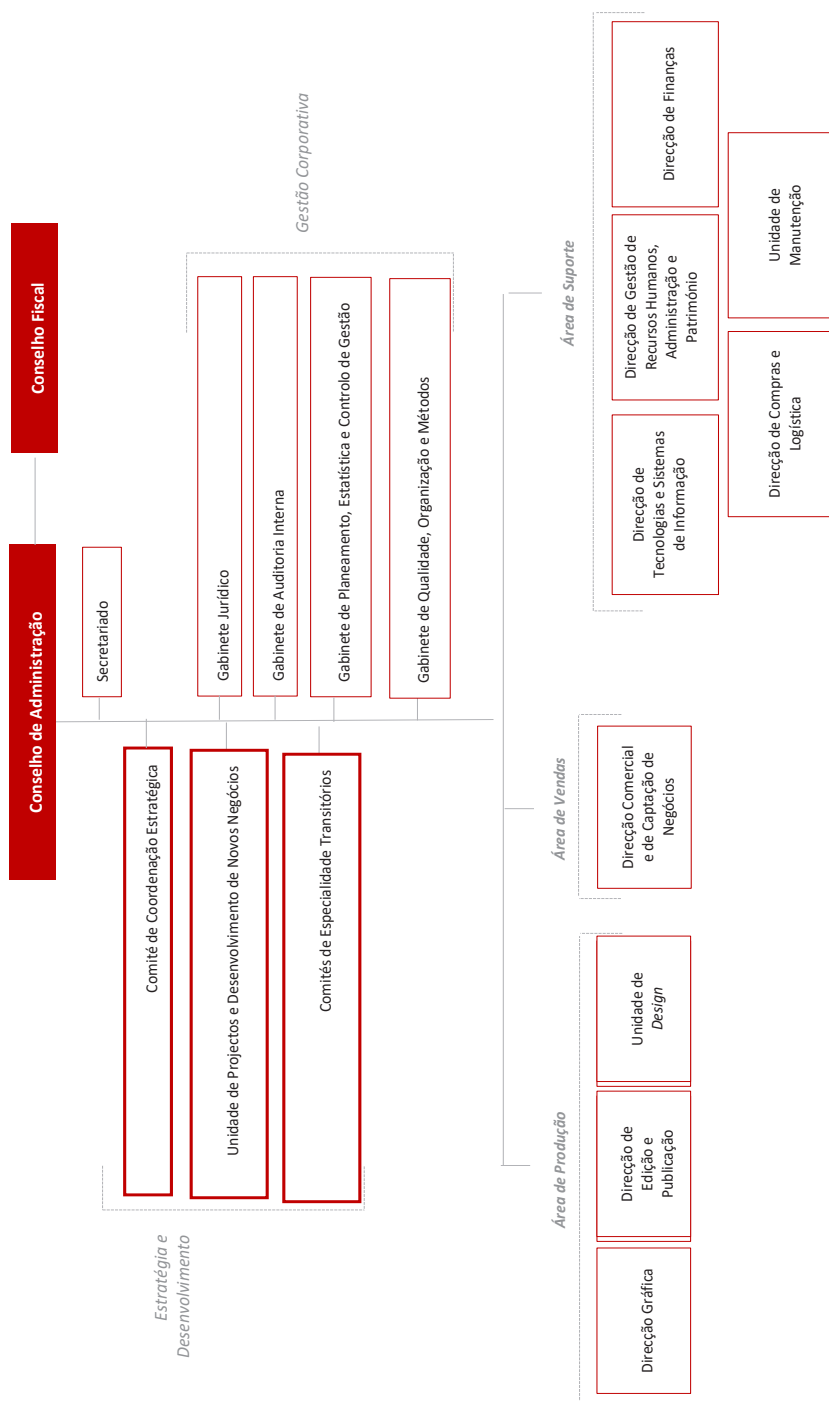
CAPÍTULO

6

**ESTRUTURA
ORGÂNICA**



6.1. Organigrama



6.2. Órgãos Sociais

Membros do Conselho de Administração

Lando Sebastião Teta
Presidente do Conselho de Administração



Manuel António
Administrador para a Área Admin. e RH.

Leonel Pires Magalhães
Administrador para a Área Técnica e Produtiva



Manuel João da Fonseca
Membro Não Executivo
do Conselho de Administração



Rodeth Teresa Makina Gil
Membro Não Executivo
do Conselho de Administração

Membros do Conselho Fiscal

Lourenço José Filipe

Vogal

José Vieira Leiria

Presidente

Miguel Barbosa

Vogal

CAPÍTULO

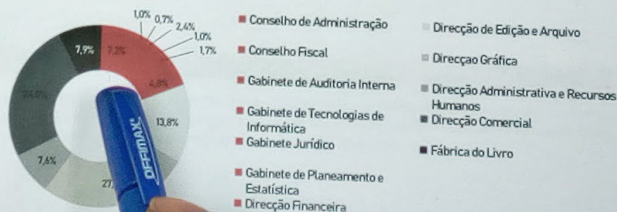
7

**ORIENTAÇÕES
ESTRATÉGICAS**

Descrição	2018		2017		Variação	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Conselho de Administração	21	7,20%	10	3,70%	11	1100%
Conselho Fiscal	3	1,00%	3	1,10%	0	0%
Gabinete de Auditoria Interna	2	0,70%	1	0,40%	1	100%
Gabinete de Tecnologias de Informática	7	2,40%	6	2,20%	1	17%
Gabinete Jurídico	3	1,00%	0	0,00%	3	100%
Gabinete de Planeamento e Estatística	5	1,70%	0	0,00%	5	100%
Direcção Financeira	14	4,80%	13	4,80%	1	8%
Direcção de Edição e Arquivo	40	13,80%	39	14,30%	1	3%
Direcção Gráfica	78	26,90%	79	28,90%	-1	-1%
Direcção Administrativa e Recursos Humanos	22	7,60%	20	7,30%	2	10%
Direcção Comercial	72	24,80%	78	28,60%	-6	-8%
Fábrica do Livro	23	7,90%	24	8,80%	-1	-4%
Total	290	100%	273	100%	17	6%

Em 2018, os recursos humanos eram compostos por 290 efectivos, 17 trabalhadores (6%) a mais comparativamente ao ano 2017. A Direcção Gráfica absorve a maior parte (26,9%) dos recursos humanos, seguida pela Direcção Comercial com 24,8% e a Direcção de Edição e Arquivo com 13,8%.

Distribuição de Recursos Humanos



Missão

Ser reconhecida como detentora do repositório legislativo, com referência ímpar no domínio da gráfica de segurança mediante soluções tecnológicas, criando parcerias de excelência com instituições, e investir na simplificação do processo das publicações oficiais.

Visão

Produzir bens e serviços essenciais para o Estado e para os cidadãos, nomeadamente publicação legislativa e cultural, documentos de identidade e demais serviços e produtos com elevados padrões de segurança.

Valores

**Cultura Empresarial
de Excelência**

**Integridade, Rigor e
Transparência**

**Fiabilidade e
Segurança**

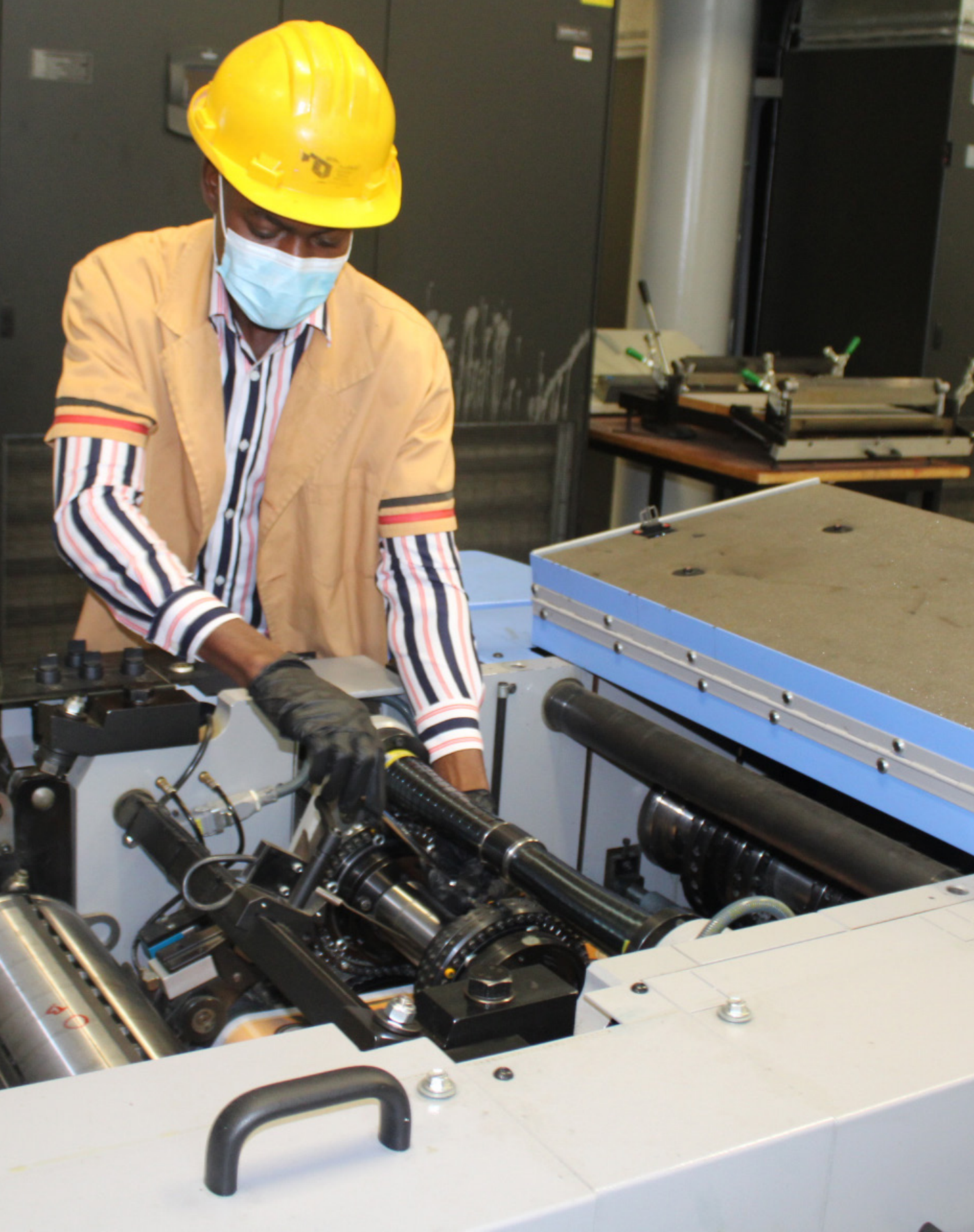
**Comprometimento
Institucional**

**Responsabilidade
Social e Ambiental**

CAPÍTULO

8

**BALANÇO
DAS ACTIVIDADES**



8.1. Actividades por Domínio

8.1.1. No domínio da Edição e Publicações

Não obstante as restrições decorrentes da Pandemia da COVID-19, ao longo do ano 2021, a nível editorial e de produção de Diários, foi notório o aumento significativo da actividade.

No domínio da edição destaca-se: (1) "Constituição da República de Angola 2021", (2) "Plano Estratégico 2021 - 2025 da Imprensa Nacional" e (3) "Discurso do Presidente da República sobre o Estado da Nação".

No período em análise, merece particular realce a realização da 3.ª Edição do Prémio Imprensa Nacional de Literatura, cujo vencedor foi o escritor Tino Kangolar, com a Obra "A Filha do Soba e o Trono".

No domínio da produção do *Diário da República*, durante o exercício de 2021, os principais resultados obtidos foram os seguintes

Quadro I - Actos Recepcionados e Publicados

		2021	2020	Δ%
I Série	Actos recepcionados	3 499	1 169	199%
	Actos publicados	1 476	1 106	33%
II Série	Actos recepcionados	8 124	11 803	-31%
	Actos publicados	7 092	9 349	-24%
III Série	Actos recepcionados	7 444	16 804	-56%
	Actos publicados	6 740	11 571	-42%

Os registos das publicações e edições ocorridas no ano de 2021, demonstradas

pelo quadro acima, permitem observar o seguinte:

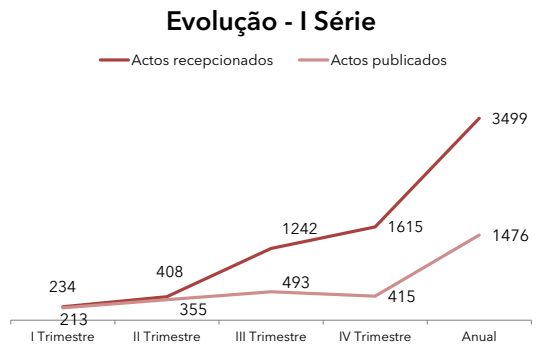
- Na I Série, quando comparado com o período homólogo de 2020, foi averbado um aumento significativo do expediente recepcionado em 199,40% (mais 2331 actos). O cenário repete-se quanto à rubrica de publicados, onde é verificado um aumento de 33% (mais 371 actos).
- Na II Série, observa-se um decréscimo substancial de 31% no volume de actos recepcionados (de 11803 em 2020 para 8124 em 2021). A mesma tendência é observada nos actos publicados, cuja cifra de variação ronda os -24,08%.
- Relativamente à III Série, as rubricas de actos recepcionados e publicados apresentam de 2020 a 2021 uma descida acentuada de -56% (menos 9359 unidades) e -42% (menos 4831 unidades), respectivamente.

Quadro II - Evolução Anual Actos Recepcionados e Publicados

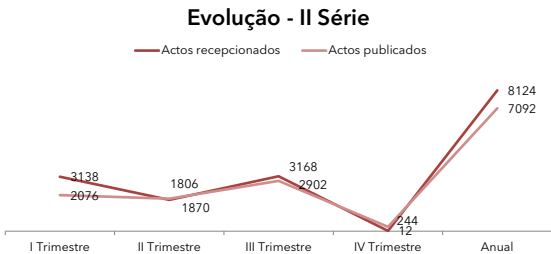
I Série	I trimestre	II trimestre	III trimestre	IV trimestre	Anual
Actos recepcionados	234	408	1242	1615	3 499
Actos publicados	213	355	493	415	1 476
II Série					
Actos recepcionados	3 138	1806	3 168	12	8 124
Actos publicados	2 076	1 870	2 902	244	7 092
III Série					
Actos recepcionados	4 138	2 588	3 992	-3 274	7 444
Actos publicados	3 212	1 820	4 134	-2 426	6 740

O quadro II representa a variação e desenvolvimento dos actos publicados e recepcionados ao longo do ano de 2021. Os gráficos abaixo auxiliam na melhor percepção da evolução das variáveis acima mencionadas.

Evolução I Série

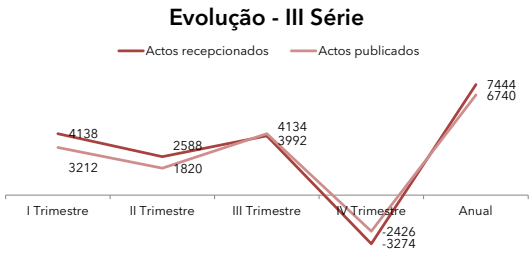


Evolução II Série



Quando comparado ao ano de 2020, relativamente à 1.ª série, verifica-se uma ligeira redução de 2,53 dias nos seus tempos de edição e publicação. O cenário muda negativamente na 2.ª série, em que aumenta os mesmos tempos para 2,4 dias. Quanto à 3.ª série, os resultados apresentam reduções notáveis de 4,57, 19,7 e 17,23 dias, para os tempos de edição, publicação e morto, respectivamente.

Evolução III Série



Quadro III - Tempo Médio de Publicação

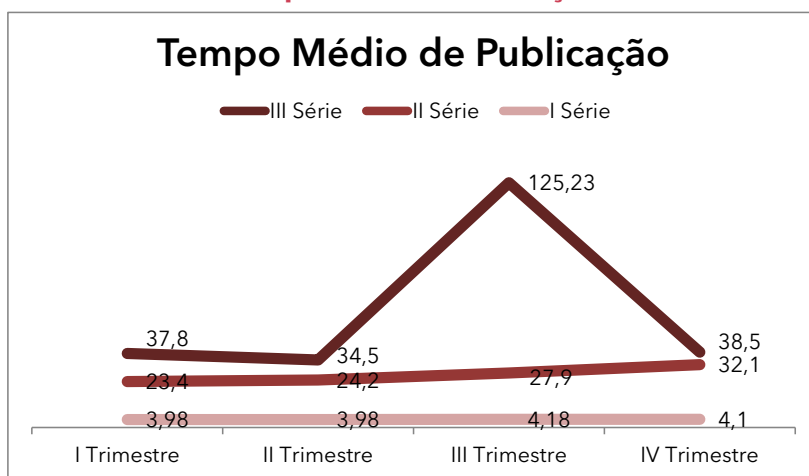
		2021	2020	Δ%
I Série	Tempo médio de publicação	4,07	6,6	-38%
	Tempo médio de edição	4,07	6,6	-38%
	Tempo médio morto	0	0	
II Série	Tempo médio de publicação	32,1	29,7	8%
	Tempo médio de edição	32,1	29,7	8%
	Tempo médio morto	0	0	
III Série	Tempo médio de publicação	38,51	58,21	-34%
	Tempo médio de edição	28,92	33,49	-14%
	Tempo médio morto	7,5	24,73	-70%

Importa salientar que os tempos de publicação dos actos em *Diário da República*, ainda se encontram aquém dos objectivados e exigidos por Lei, de 3, 5 e 10 dias para I, II e III série, respectivamente, sobretudo por conta das restrições impostas pela Pandemia da COVID-19, que reduziu em média o pessoal afecto ao *Diário da República* em cerca de 50%.

Quadro IV - Evolução Anual Tempo Médio de Publicação

		I trimestre	II trimestre	III trimestre	IV trimestre
I Série	Tempo Médio de Publicação	3,98	3,98 0%	4,18 5%	4,1 -3%
	Tempo Médio de Edição	3,98	3,98 0%	4,18 5%	4,1 -3%
	Tempo Médio Morto	0	0	0	0
II Série	Tempo Médio de Publicação	23,4	24,2 3%	27,9 15%	32,1 15%
	Tempo Médio de Edição	23,4	24,2 3%	27,9 15%	32,1 15%
	Tempo Médio Morto	0	0	0	0
III Série	Tempo Médio de Publicação	37,8	34,50 -9%	125,23 263%	38,5 -69%
	Tempo Médio de Edição	37,8	32,70 -13%	116,39 256%	28,9 -75%
	Tempo Médio Morto	2,24	14,1 529%	12,73 -10%	7,5 -41%

Tempo Médio de Publicação



Quadro V - Produção de Diários da Republica

		2021	2020	Δ%
I Série	Diários incluindo suplementos, publicados	262	237	11%
	Páginas publicadas	10 640	7 564	41%
II Série	Diários incluindo suplementos, publicados	177	145	22%
	Páginas publicadas	5 105	6 050	-16%
III Série	Diários, incluindo suplementos publicados	222	175	27%
	Páginas publicadas	13 604	9 264	47%

Na análise comparativa, relativamente à produção de Diários e Suplementos, os registos demonstram, face ao ano 2020, um aumento na I, II e III séries de 11%, 22% e 27% (mais 25, 32 e 47 unidades), respectivamente.

Quanto ao volume de páginas, registam-se aumentos na I e III séries na ordem dos 41% e 47% (mais 3076 e 4340 unidades), respectivamente, tendo-se verificado o oposto na II, com variação negativa de 16% (menos 958 unidades).

No cômputo geral, comparativamente a 2020, foram produzidos no presente ano mais 104 Diários da República e mais 6471 páginas.

8.1.2. No domínio da Produção Gráfica

A produção gráfica na IN-EP é realizada em duas unidades, nomeadamente a Gráfica da Sede e a Fábrica do Livro do Cazenga, localizada no município com o mesmo nome, sendo esta última vocacionada exclusivamente para a produção de livros, com uma

capacidade instalada para 6.000.000 de unidades por ano.

A Gráfica da Sede está equipada com diversos equipamentos de impressão off set em grande escala, impressoras digitais e equipamentos de acabamento, estando capacitada para produção de documentos com elementos de segurança, com grande realce para os documentos académicos (diplomas e certificados) para quase todas as universidades do país.

O quadro seguinte ilustra a quantidade de itens produzidos nas duas unidades gráficas ao longo do ano 2021.

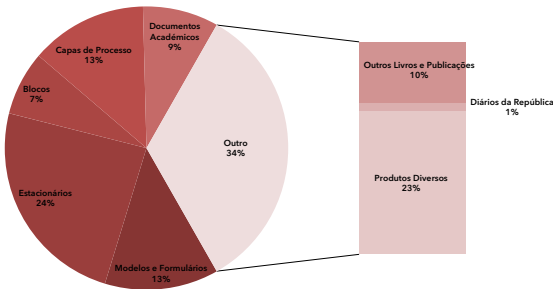
	SEDE	CAZENGA	2021
Modelos e Formulários	166 351	0	166 351
Estacionários	310 566	0	310 566
Blocos	93 838	0	93 838
Capas de Processo	100 992	70 020	171 012
Documentos académicos	110 774	0	110 774
Outros livros e publicações	8 426	114 472	122 898
Diários da república	17 662	0	17 662
Produtos Diversos	288 778	0	288 778
Total	1 097 387	184 492	1 281 879

Vale salientar que ambas as unidades produziram abaixo da sua efectiva capacidade instalada.

A Fábrica do Livro do Cazenga esteve ao longo do ano expectável em produzir uma encomenda do Executivode 6.000.000 de livros escolares que não se concretizou, pese embora terem sido solicitados pelo Ministério da Educação, para produção,

um total de 4.850.732 unidades no final do ano. Desta encomenda, foram concluídos 196.280, tendo estado neste sentido, durante a maior parte do ano, ociosa, limitada a volumes de produção insignificantes face à sua capacidade de produção.

O gráfico seguinte ilustra a representatividade dos produtos no total do volume de produção.



Salienta-se que os efeitos da Pandemia da COVID-19 não deixaram de ser sentidos no domínio da produção gráfica, reflectidos no desempenho de 2021, quando comparado com o período homólogo do ano passado, evidenciando uma redução de 43%.

	2021	2020	Δ%
Modelos e Formulários	166 351	1 310 057	-87%
Estacionários	310 566	523 969	-41%
Blocos	93 838	72 740	29%
Capas de Processo	171 012	207 465	-18%
Documentos académicos	110 774	92 076	20%
Outros livros e publicações	122 898	17 949	585%
Diários da república	17 662	18 198	-3%
Produtos Diversos	288 778	23 627	1122%
Total	1 281 879	2 266 081	-43%

8.1.3. No domínio das Tecnologias de Informação e Telecomunicações

O ano de 2021 merece particular destaque no concernente à reconfiguração do Data Center, assim como a implementação dos serviços de backup, integrador de replicação dos dados entre a sede da empresa e as Lojas. De igual modo, foi implementado o DFS (Sistema de Arquivos Distribuídos), utilizado na replicação da informação entre a sede e a fábrica, assim como o serviço de CCTV.

8.1.4. Projectos Estruturantes

Pela importância e envergadura do projecto, mereceu particular destaque, no exercício em análise, o PROSEFA (Programa Nacional de Selos Fiscais de Alta Segurança), que, em obediência ao Decreto Presidencial n.º 216/19, de 15 de Julho, visando à sua operacionalização, procedeu à contratação de serviços especializados de implantação e gestão da operação.

Com o arranque do sobredito programa no dia 15 de Setembro de 2021, foi apresentado o plano macro e detalhes das actividades previstas para a fase emergencial, que se apresentam a seguir:

- **Assessoria Jurídica** – O objectivo foi a definição, aprovação e publicação dos documentos que regem o Programa Nacional de Selos Fiscais de Alta Segurança, incluindo propostas de ajustes nos Termos de Referência, no Anteprojecto do Decreto Executivo, Disposições

Transitórias, entre outros documentos que orientam a boa implementação do PROSEFA;

- **Portal e Aplicativo Móvel** – Deu início o desenvolvimento do Portal e Aplicativo Móvel, que garantirão as funcionalidades das aplicações que viabilizarão os diversos processos necessários para a venda, entrega, fiscalização e controlo dos selos fiscais de alta segurança, tanto os físicos como os digitais;

- **Sistema Operacional (ERP)** – Decorre a definição das especificações técnicas e funcionais do sistema, assim como os procedimentos a seguir para permitir a integração da informação do Portal PROSEFA no ERP, de modo a permitir o registo da venda, facturação e recebimento dos selos fiscais. Esta é uma peça fulcral para o negócio da venda de selos e da sua expedição, pois irá disponibilizar informação que permite acompanhar e gerir a actividade comercial e logística desenvolvida;

- **Data Center** – Neste âmbito, duas iniciativas se sobrepõem:

- a. Uma série de actividades estão a ser desenvolvidas para estruturar o Data Center da IMPRENSA NACIONAL no âmbito da implementação do Plano Emergencial. Trata-se de uma actividade de estruturação não prevista inicialmente no contrato sobre o apetrechamento do Data Center para a Fase de Setup. Ela decorre essencialmente da necessidade de garantir a capacidade básica para a execução do projecto que foi antecipado para Fevereiro de 2022.

- b. **Desenho do Data Center da Fase Setup e especificação dos seus equipamentos.** Está em curso o processo de reavaliações e prováveis antecipações no sentido de garantir o cumprimento fiel do contrato, tendo por base a redução dos prazos;

- Acções de avaliação comparativa (benchmarking) – As visitas ao exterior do país nomeadamente ao Brasil e a Moçambique, foram antecipadas por forma a que o PROSEFA seja implantado em conformidade com o contrato e as normas estabelecidas, mesmo com a redução dos prazos,.

- **Entrega formal das matrizes dos Hologramas de Segurança para a AGT** – foram entregues as matrizes originais dos hologramas de segurança, que são elementos patenteados, de carácter formal, que garantem a originalidade, especificidade e singularidade dos elementos de segurança do selo a ser aplicado no mercado de Angola.

Desta forma, com a intensificação de diversas actividades e focado unicamente na antecipação da implementação do PROSEFA, o Consórcio ajustou o seu Plano de Acção original, augurando, única e exclusivamente, que o Programa Nacional de Selos Fiscais de Alta Segurança chegue ao mercado de bebidas alcoólicas, cervejas, bebidas açucaradas, tabaco e seus sucedâneos dentro dos novos prazos estipulados pela Lei n.º 16/21, de 19 de julho, Do Imposto Especial de Consumo, com total fiabilidade

e segurança, atendendo de forma plena o contrato firmado com a IMPRENSA NACIONAL DE ANGOLA.

8.2. Recursos Humanos

Activos Humanos e Capacitação

Em 31 de Dezembro de 2021, a IN-EP contava com um efectivo de 280 colaboradores, menos três que no período homólogo do ano de 2020, incluindo os órgãos sociais, distribuídos da seguinte forma:

- Recursos Humanos por Género

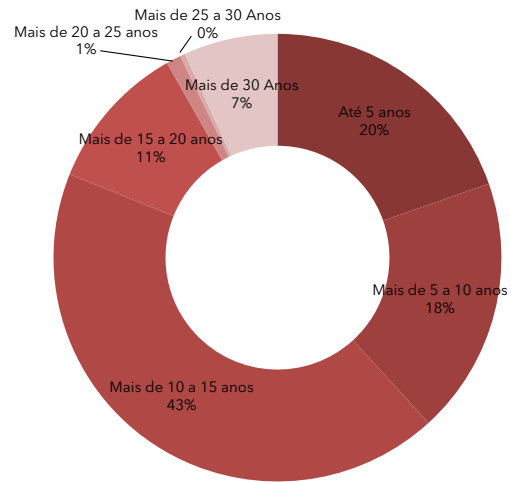
Distribuição por Género	2021	2020
Masculino	175	180
Feminino	105	103
	280	283

Em termos de , em 2021, a estrutura de recursos humanos sofreu ligeiras alterações, nomeadamente um aumento de 36% para 38% no efectivo feminino, e o oposto no masculino de 64% para 62% de 2020 para 2021.

- Recursos Humanos por Tempo de Efectividade

	2021	2020		
Anos de Efectividade			Homens	Mulheres
Até 5 anos	55	48	33	22
Mais de 5 a 10 anos	52	73	32	20
Mais de 10 a 15 anos	120	105	80	40
Mais de 15 a 20 anos	30	29	19	11
Mais de 20 a 25 anos	3	3	2	1
Mais de 25 a 30 Anos	1	4	0	1
Mais de 30 Anos	19	21	9	10
	280	283	175	105

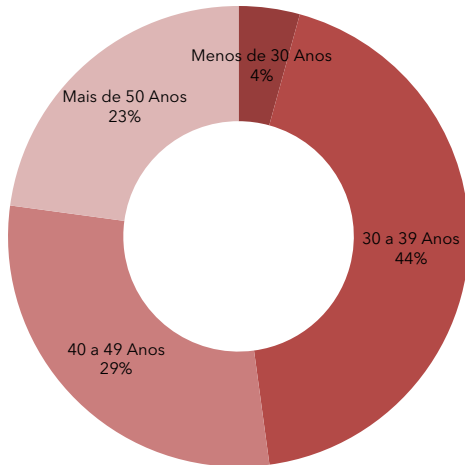
O número de trabalhadores com mais de 10 anos na empresa passou para 43%, contra os 37% do ano 2020.



- Recursos Humanos por Faixa Etária

	2021	2020		
Distribuição Etária:			Homens	Mulheres
Idade Média	42	42	42	42
Moda (22 efectivos: 16 Homens; 6 Mulheres)	36	35	37	36
Menos de 30 Anos	12	16	6	6
30 a 39 Anos	122	126	76	46
40 a 49 Anos	82	74	57	24
Mais de 50 Anos	64	67	36	29
	280	283	175	105

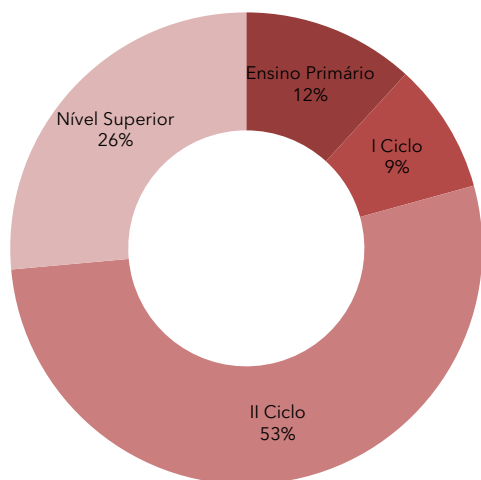
O efectivo com menos de 40 anos baixou de 50%, em 2020, para 47,8% em 2021.



- Recursos Humanos por Grau Académico

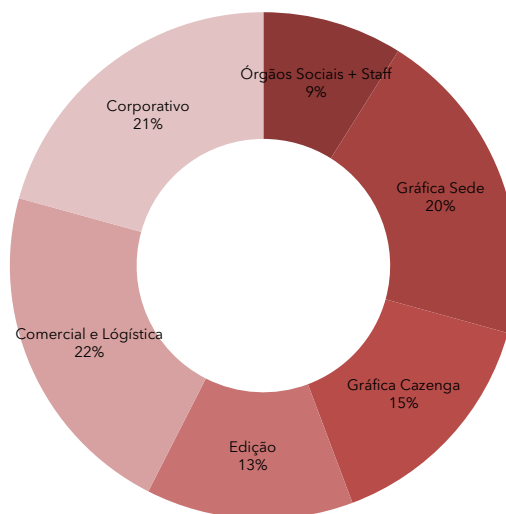
	2021	2020		
Nível Académico:			Homens	Mulheres
Ensino Primário	33	37	23	10
I Ciclo	25	20	16	9
II Ciclo	148	154	92	56
Nível Superior	74	72	44	30
	280	283	175	105

Observa-se uma ligeira diminuição do efectivo que detém o II Ciclo (ex. ensino médio) e superior concluído, de 80% no ano passado para 79%.



- Recursos Humanos por Áreas

	2021	2020		
Distribuição por Área:			Homens	Mulheres
Órgãos Sociais + Staff	25	14	13	12
Gráfica Sede	57	75	44	13
Gráfica Cazenga	42	30	33	9
Edição	37	34	19	18
Comercial e Lógica	61	69	33	28
Corporativo	58	61	33	25
	280	283	175	105



À semelhança do ano passado, a IN-EP dispõe no seu quadro maioritariamente de pessoal administrativo, representando cerca de 52%.

CAPÍTULO

9

**DESEMPENHO
OPERACIONAL
E FINANCEIRO**



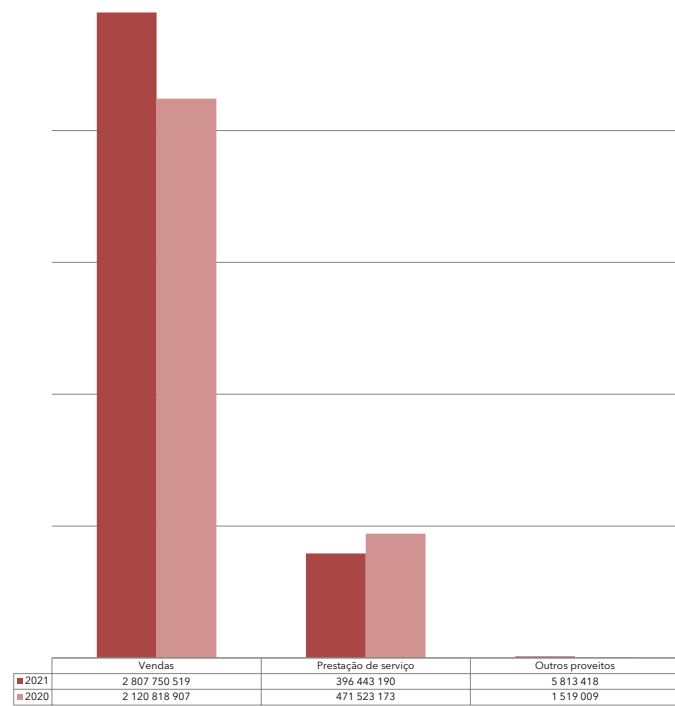
9.1. Análise Operacional

Os proveitos da Imprensa Nacional-EP (IN-EP) em 2021 totalizaram o montante de Kz. 3.210.007.127, representando +24% comparativamente ao exercício anterior. As vendas de produtos representaram 87,47%, as prestações de serviços e outros proveitos operacionais, na ordem de 12,35%, e 0,18%, respectivamente.

A crise económica e financeira iniciada em 2015, agravada pela pandemia da COVID-19, que obrigou inclusive encerramento das Lojas da IN-EP no final do mês de Março, foi fundamental para a drástica redução dos volumes de produção e vendas.

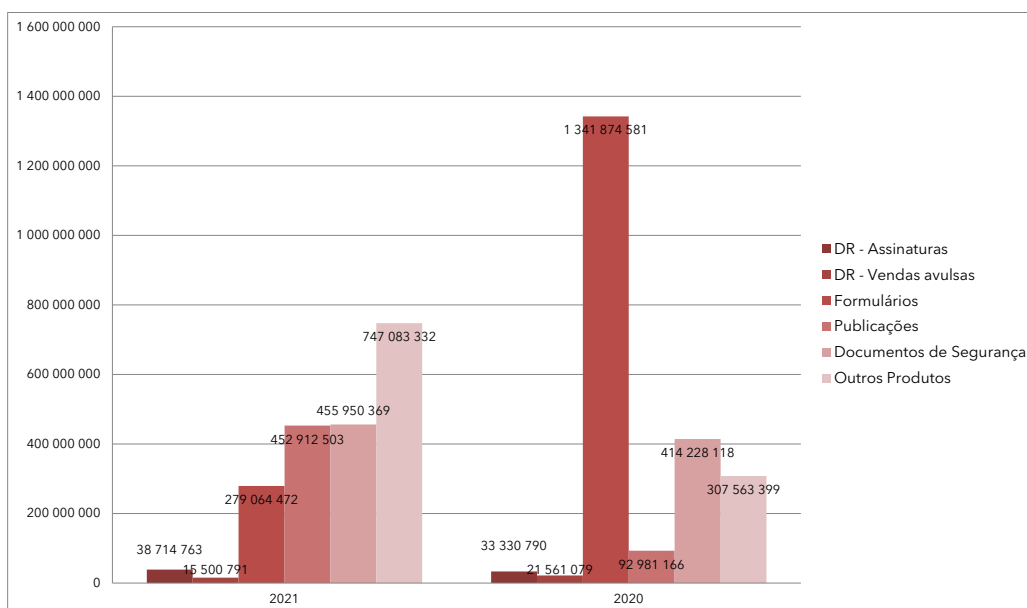
9.1.1. Proveitos Operacionais

Descrição	2021		2020		Variação	
	Kz	%	Kz	%	Kz	%
Vendas	2 807 750 519	87,47%	2 120 818 907	81,76%	686 931 612	32,39%
Prestação de serviço	396 443 190	12,35%	471 523 173	18,18%	-75 079 984	-15,92%
Outros proveitos	5 813 418	0,18%	1 519 009	0,06%	4 294 409	282,71%
Total	3 210 007 127	100%	2 593 861 090	100%	616 146 037	24%



Vendas dos Principais Produtos

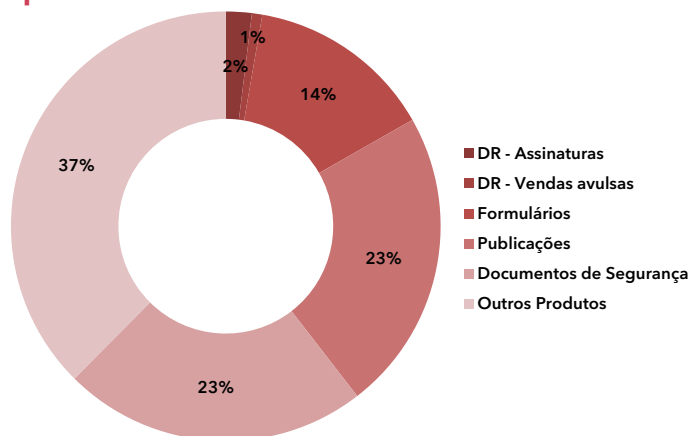
Descrição	2021		2020		Variação	
	Kz	%	Kz	%	Kz	%
DR - Assinaturas	38 714 763	1,95%	33 330 790	1,51%	5 383 973	16,15%
DR - Vendas avulsas	15 500 791	0,78%	21 561 079	0,97%	-6 060 288	-28,11%
Formulários	279 064 472	14,03%	1 341 874 581	60,68%	-1 062 810 109	-79,20%
Publicações	452 912 503	22,77%	92 981 166	4,20%	359 931 337	387,10%
Documentos de Segurança	455 950 369	22,92%	414 228 118	18,73%	41 722 251	10,07%
Outros Produtos	747 083 332	37,56%	307 563 399	13,91%	439 519 933	142,90%
Total	1 989 226 230	100%	2 211 539 133	100%	-222 312 903	-10%



Os produtos mais vendidos, estiveram 10% (menos Kz. 222.312.903) abaixo da cifra alcançada no ano passado, fundamentalmente devido aos formulários para as diversas instituições públicas, que verificaram uma diminuição de 79,2% (menos Kz. 1.062.810.109).

Comparativamente ao ano de 2020, a venda de formulários diminuiu de 60,68% para 14,03%. O oposto se verifica nos produtos de segurança que aumentaram de 18,73% para 22,9%.

Vendas dos Principais Produtos - 2021



Vendas por Lojas

Descrição	2021 - Anual		2020 - Anual		Variação	
	Kz	%	Kz	%	Kz	%
Loja Sede	262 878 663	44,35%	161 159 261	35,36%	101 719 402	63,12%
Loja Samuel Bernardo	40 450 462	6,82%	71 245 516	15,63%	-30 795 054	-43,22%
Loja Talatona	84 721 146	14,29%	48 673 014	10,68%	36 048 132	74,06%
GUE - Marginal	1 190 325	0,20%	37 376 559	8,20%	-36 186 234	-96,82%
Loja Nosso Centro - GAMEK	41 532 670	7,01%	34 270 827	7,52%	7 261 843	21,19%
Loja Huambo	31 633 570	5,34%	21 045 570	4,62%	10 588 000	50,31%
Loja Zango	45 189 593	7,62%	18 223 556	4,00%	26 966 037	147,97%
Loja Benguela	29 200 999	4,93%	19 756 024	4,33%	9 444 975	47,81%
Loja Saurimo	20 881 545	3,52%	10 615 785	2,33%	10 265 760	96,70%
Loja Cacuaco	19 409 851	3,27%	7 723 795	1,69%	11 686 056	151,30%
Loja Cabinda	15 663 862	2,64%	11 258 058	2,47%	4 405 804	39,13%
GUE - AIPEX	0	0,00%	3 139 700	0,69%	-3 139 700	-100,00%
Guiché Kalawenda	0	0,00%	314 000	0,07%	-314 000	-100,00%
Total	592 752 686	100%	455 736 739	100%	137 015 947	30%

Em 2021, as vendas das lojas da IN-EP atingiram o montante total de Kz. 592 752 686 representando um aumento de 30% (menos Kz. 137 015 947) acima do ano anterior. Este aumento aconteceu muito por conta das medidas de alívio a pandemia da COVID-19, proporcionando uma procura maior por parte dos utentes aos produtos e serviços da Imprensa Nacional.

A província de Luanda, representando 83,5% (Kz. 495 372 710), do total das vendas, sendo a Loja Sede a que detêm o maior volume de vendas, com 44,3% das vendas (Kz. 161.159.261). Nas demais províncias, lidera as vendas a Loja da província do Huambo, com 5,34% das vendas totais das lojas e 32% das vendas nas províncias.

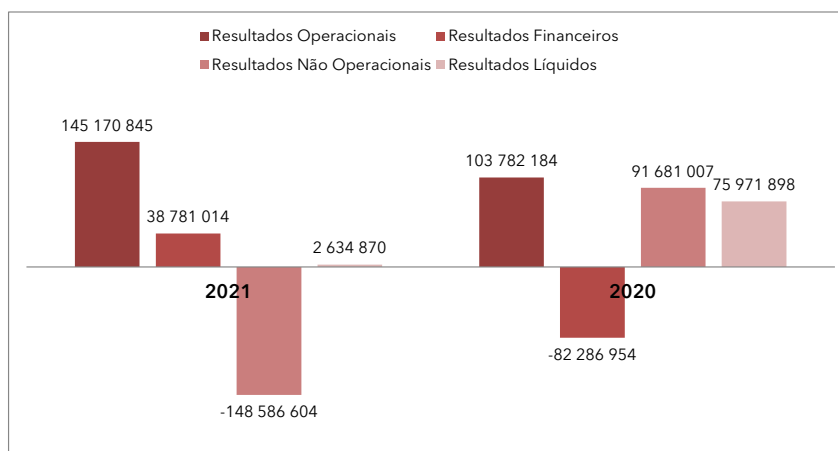
9.2. Análise Financeira

9.2.1. Resultados

O quadro seguinte evidencia um resultado líquido de Kz. 2.634.870, representando uma diminuição face o ano passado de 96,53%. Os resultados, operacional e não operacional, de Kz. 145.170.845 e -148.586.604, respectivamente, foram os principais responsáveis por este desempenho.

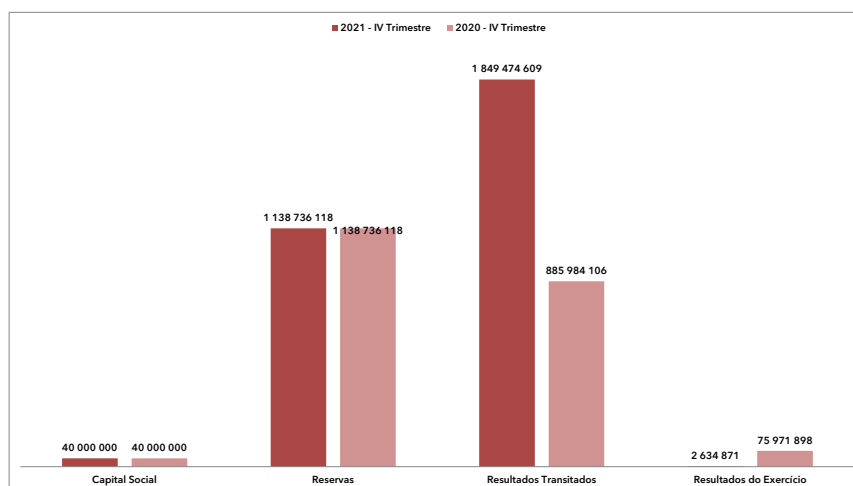
O aumento dos resultados financeiros deveu-se provavelmente a venda dos manuais escolares ocorridos no final do exercício de 2021.

Descrição	2021	2020	Variação	
	Kz	Kz	Kz	%
Resultados Operacionais	145 170 845	103 782 184	41 388 662	39,88%
Resultados Financeiros	38 781 014	(82 286 954)	121 067 968	147,13%
Resultados Não Operacionais	(148 586 604)	91 681 007	(240 267 611)	-262,07%
Resultados Líquidos	2 634 870	75 971 898	(73 337 028)	-96,53%



9.2.2. Capital Próprio

Descrição	2021 - IV Trimestre		2020 - IV Trimestre		Variação	
	Kz	%	Kz	%	Kz	%
Capital Social	40 000 000	1,32%	40 000 000	1,87%	0	0,00%
Reservas	1 138 736 118	37,57%	1 138 736 118	53,19%	0	0,00%
Resultados Transi- tados	1 849 474 609	61,02%	885 984 106	41,39%	963 490 503	108,75%
Resultados do Exercício	2 634 871	0,09%	75 971 898	3,55%	-73 337 027	-96,53%
Total	3 030 845 598	100%	2 140 692 122	100%	890 153 476	42%

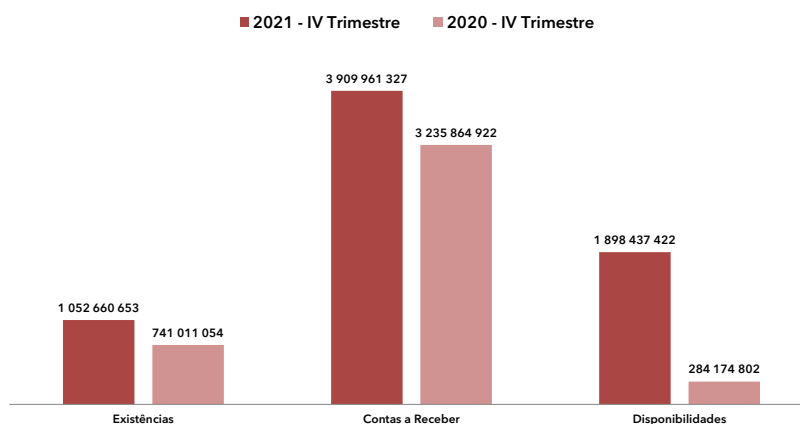


O aumento dos resultados transitados de Kz 1.849.474.609, traduziu-se num acréscimo do capital próprio em 42% de 2020 para 2021.

9.2.3. Activo Corrente

Descrição	2021 - IV Trimestre		2020 - IV Trimestre		Variação	
	Kz	%	Kz	%	Kz	%
Existências	1 052 660 653	13,05%	741 011 054	17,38%	311 649 599	42,06%
Contas a Receber	3 909 961 327	48,47%	3 235 864 922	75,91%	674 096 405	20,83%
Disponibilidades	1 898 437 422	23,54%	284 174 802	6,67%	1 614 262 620	568,05%
Total	8 066 084 223	100%	4 262 750 778	100%	3 803 333 445	89,22%

Activos Correntes

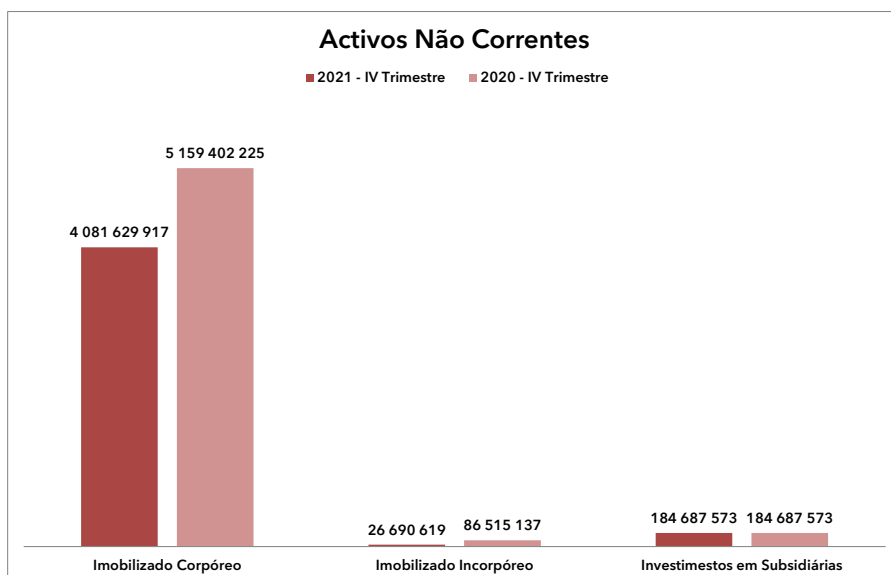


As variações ocorridas nas disponibilidades, com um aumento em 568% e o aumento no stock de existências em 42%, traduziram-se num acréscimo significativo do activo corrente, na ordem dos 89%.

Verifica-se de igual modo, uma variação positiva no saldo das contas a receber a 20,83%.

9.2.4. Activo Não Corrente

Descrição	2021 - IV Trimestre		2020 - IV Trimestre		Variação	
	Kz	%	Kz	%	Kz	%
Imobilizado Corpóreo	4 081 629 917	95,08%	5 159 402 225	95,01%	-1 077 772 309	-20,89%
Imobilizado Incorpóreo	26 690 619	0,62%	86 515 137	1,59%	-59 824 518	-69,15%
Investimentos em Subsidiárias	184 687 573	4,30%	184 687 573	3,40%	0	0,00%
Total	4 293 008 108	100%	5 430 604 935	100%	-1 137 596 827	-21%



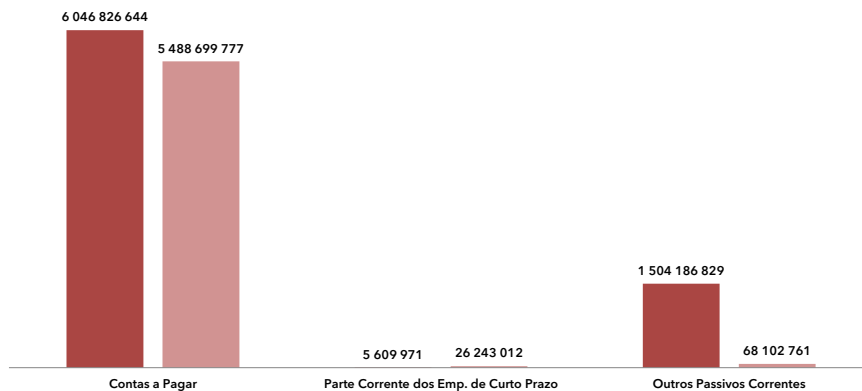
O valor do imobilizado sofreu algum ajustamento nas rubricas “corpóreo” e “incorpóreo”, conjuntamente traduzindo-se numa diminuição de 21% (menos Kz. 1.137.596.827), resultantes dos ajustes que se faziam necessários no imobilizado, sendo que o investimento em subsidiárias manteve-se inalterável.

Passivo Corrente

Descrição	2021 - IV Trimestre		2020 - IV Trimestre		Variação	
	Kz	%	Kz	%	Kz	%
Contas a Pagar	6 046 826 644	80,02%	5 488 699 777	98,31%	558 126 867	10,17%
Parte Corrente dos Emp. de Curto Prazo	5 609 971	0,07%	26 243 012	0,47%	-20 633 041	-78,62%
Outros Passivos Correntes	1 504 186 829	19,91%	68 102 761	1,22%	1 436 084 068	2108,70%
Total	7 556 623 444	100%	5 583 045 549	100%	1 973 577 894	35%

Passivo Corrente

■ 2021 - IV Trimestre ■ 2020 - IV Trimestre

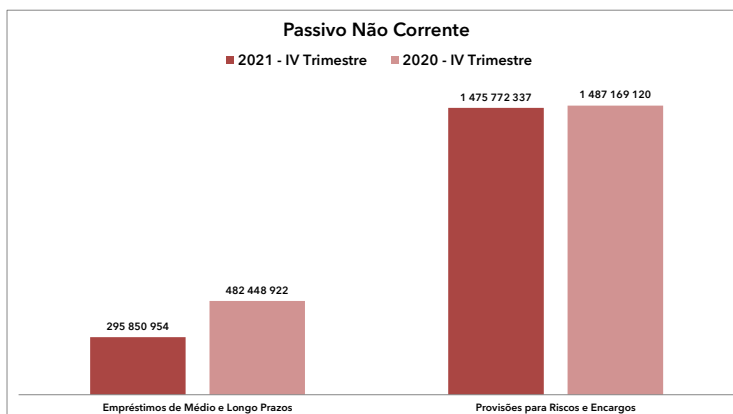


As contas a pagar, no valor de Kz. 6.046.826.644, que representam 80% do passivo corrente, constituem maioritariamente valores consignados pelo Estado, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos (PIP), dívidas com fornecedores, Estado e outros credores. Relativamente ao ano passado, os registos revelam um aumento de cerca de 10% (mais Kz. 558.126.867).

As duas rubricas remanescentes do passivo corrente referem-se as obrigações junto da banca com variação diminuída a 78,6% (menos Kz. 20.633.041), bem como outros passivos correntes, consubstanciados em encargos e proveitos a repartir por períodos futuros, com uma variação de 2108,70% (mais Kz. 1.436.084.068).

Passivo Não Corrente

Descrição	2021 - IV Trimestre		2020 - IV Trimestre		Variação	
	Kz	%	Kz	%	Kz	%
Empréstimos de Médio e Longo Prazos	295 850 954	16,70%	482 448 922	24,49%	-186 597 969	-38,68%
Provisões para Riscos e Encargos	1 475 772 337	83,30%	1 487 169 120	75,51%	-11 396 783	-0,77%
Total	1 771 623 290	100%	1 969 618 042	100%	-197 994 752	-10%

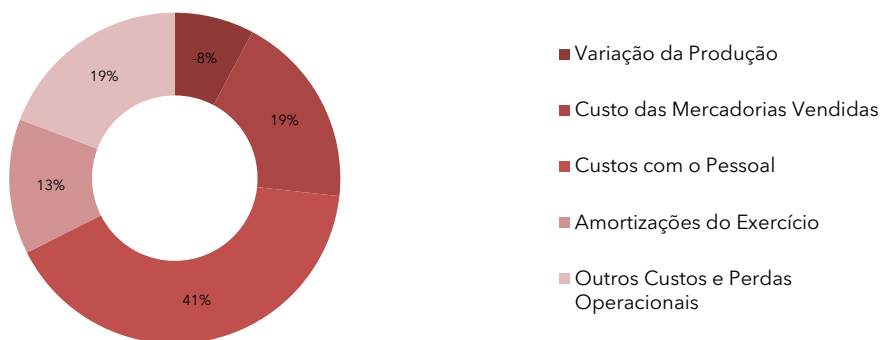


O passivo não corrente, no valor de Kz. 1.771.623.290, corresponde nomeadamente: (i) os empréstimos de médio e longo prazo com um decréscimo, face ao ano passado de 38,68%; (ii) as provisões constituídas ao longo dos anos, para fazer face a risco de perda de existências e créditos incobráveis, que no período registaram uma diminuição de 10% (menos Kz. 197.994.752).

Custos Operacionais

Descrição	2021		2020		Variação	
	Kz	%	Kz	%	Kz	%
Variação da Produção	-273 848 925	-9,21%	-50 124 180	-2,10%	-223 724 744	-446,34%
Custo das Mercadorias Vendidas	667 779 548	22,45%	330 119 768	13,81%	337 659 780	102,28%
Custos com o Pessoal	1 438 663 058	48,36%	1 280 557 956	53,58%	158 105 102	12,35%
Amortizações do Exercício	465 035 656	15,63%	431 679 427	18,06%	33 356 228	7,73%
Outros Custos e Perdas Operacionais	677 288 223	22,77%	397 597 575	16,64%	279 690 649	70,35%
Subcontratos	58 706 180	1,97%	330 000	0,01%	58 376 180	17689,75%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	583 769 051	19,62%	331 261 214	13,86%	252 507 837	76,23%
Impostos	5 646 384	0,19%	30 368 254	1,27%	-24 721 870	-81,41%
Custos de Tributação Autónoma	20 780 692	0,70%	35 651 700	1,49%	-14 871 008	-41,71%
Total	2 974 917 560	100%	2 389 830 545	100%	585 087 015	24%

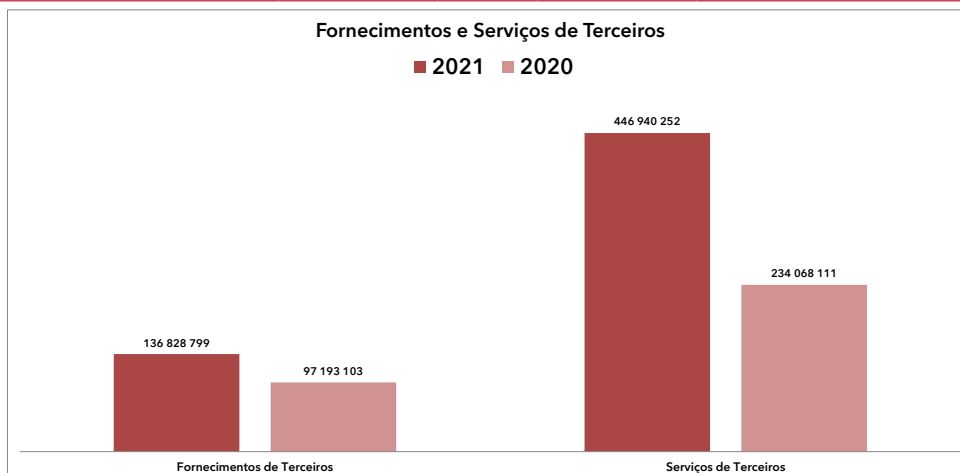
Custos Operacionais



Em 2021, os custos operacionais totalizaram o montante de Kz. 2.974.917.560, apresentando um aumento de 24% (Kz. 585.087.015) em relação ao exercício 2020. O aumento dos custos operacionais resultou sobretudo, da contração dos outros custos operacionais (89,71%) custos das mercadorias vendidas (50,56%) e a variação dos stocks de produção acabada (94,32), entre outros factores.

Fornecimentos e Serviços de Terceiros

Descrição	2021		2020		Variação	
	Kz	%	Kz	%	Kz	%
Fornecimentos de Terceiros	136 828 799	23,44%	97 193 103	29,34%	39 635 695	40,78%
Serviços de Terceiros	446 940 252	76,56%	234 068 111	70,66%	212 872 141	90,94%
Total	583 769 051	100%	331 261 214	100%	252 507 837	76,23%



Os fornecimentos e serviços de terceiros totalizaram no ano 2021 Kz. 583.769.051, representando um incremento de 76% face ao ano de 2020 fortemente influenciado pelas obras de reparação nas instalações da IN-EP sinistradas pelo incêndio, aquisição de materiais de reparação para os equipamentos, bem como o aluguer de equipamentos.

Os registos evidenciam que os fornecimentos de terceiros, no período em análise, aumentaram em cerca de 40,94% face ao ano passado, fundamentalmente devido ao aumento nas rubricas, aquisição de materiais de conservação e reparação de equipamentos, fornecimento de energia, material de escritório e outros não especificados.

Os serviços de terceiros no período em análise, aumentaram em cerca de 20,35%, (mais Kz. 39.583.176) face ao igual período do ano anterior, sendo responsáveis para tal aumento os custos com serviços de reparação das instalações, aluguer de equipamentos, serviços de assistência técnica e honorários.

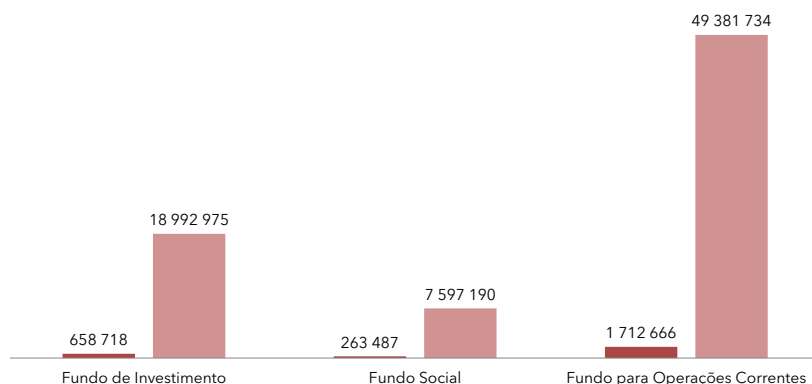
Os balancetes analíticos em anexo detalham estas informações.

9.2.5. Proposta de Distribuição de Lucros

Descrição	2021		2020		Variação	
	Kz	%	Kz	%	Kz	%
Fundo de Investimento	658 718	25,00%	18 992 975	25,00%	-18 334 257	-96,53%
Fundo Social	263 487	10,00%	7 597 190	10,00%	-7 333 703	-96,53%
Fundo para Operações Correntes	1 712 666	65,00%	49 381 734	65,00%	-47 669 068	-96,53%
Total	2 634 870	100%	75 971 898	100%	-73 337 028	-96,53%

Proposta de Distribuição de Lucros

■ 2021 ■ 2020



Em reunião do Conselho de Administração, à semelhança do ano passado, foi deliberada a afectação integral do resultado líquido do exercício 2021, no valor de Kz. 2.634.870, para o Fundo de Investimento, para Fundo Social e para o Fundo para Operações Correntes, nos valores de Kz. 658.718 (25%), Kz 263.487 (10%) e Kz. 1.712.666 (65%), respectivamente.

ANEXOS

10



Anexo 1: Balanço Patrimonial

NOTAS ÀS CONTAS COM REFERÊNCIA AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Balanço em 31 Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Kwanzas)

BALANÇO			
Entidade.....		IMPrensa Nacional - E.P	
Balanço em.....		31/12/2021	
		Valores expressos em.....AKZ	
Designação	Notas	2021	2020
Activos não correntes:			
Imobilizações corpóreas	4	4 081 629 917	5 159 402 225
Imobilizações incorpóreas	5	26 690 619	86 515 137
Investimentos em subsidiárias e associadas	6	184 687 573	184 687 573
		4 293 008 108	5 430 604 935
Activos correntes:			
Existências	8	1 052 660 653	741 011 054
Contas a receber	9	3 909 961 327	3 235 864 922
Disponibilidades	10	1 898 437 422	284 174 802
Outros activos correntes	11	1 205 024 821	1 700 000
		8 066 084 223	4 262 750 778
Total do activo		12 359 092 332	9 693 355 713
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital	12	40 000 000	40 000 000
Reservas	13	1 138 736 118	1 138 736 118
Resultados transitados	14	1 849 474 609	885 984 106
Resultados do exercício		2 634 871	75 971 898
		3 030 845 598	2 140 692 122
Passivo não corrente:			
Empréstimos de médio e longo prazos	15	295 850 954	482 448 922
Provisões para outros riscos e encargos	18	1 475 772 337	1 487 169 120
		1 771 623 290	1 969 618 042
Passivo corrente:			
Contas a pagar	19	6 046 826 644	5 488 699 777
Parte cor. dos emp. a médio e longos prazos	15	5 609 971	26 243 012
Outros passivos correntes	21	1 504 186 829	68 102 761
		7 556 623 444	5 583 045 549
Total do capital próprio e passivo		12 359 092 332	9 693 355 713

IMPrensa Nacional EP

Contabilidade © Primavera BSS

O Presidente do Conselho de Administração

Lando Sebastião Teta
Lando Sebastião Teta

O Contabilista, N° de Inscrição na OCPA 20152845

Lukombo Francisco João
Lukombo Francisco João

Anexo 2: Demonstração de Resultados do Exercício

NOTAS ÀS CONTAS COM REFERÊNCIA AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Demonstração de resultados por natureza em 31 Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em Kwanzas)

Demonstração de Resultados			
Empresa.....		IMPRESA NACIONAL - E.P	
Demonstração de resultados em.....		31/12/2021	
Valores expressos em.....		AKZ	
Designação	Notas	2021	2020
Vendas	22	2 807 750 519	2 120 818 907
Prestações de serviços	23	396 443 190	471 523 173
Outros proveitos operacionais	24	5 813 418	1 519 009
		3 210 007 127	2 593 861 090
Variação nos produtos acabados e produtos em vias de fabrico	25	273 848 925	(50 124 180)
Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas e subsidiárias consumidas	27	667 779 548	330 119 768
Custos com o pessoal	28	1 542 528 435	1 280 557 956
Amortizações	29	465 035 656	431 679 427
Outros custos e perdas operacionais	30	663 341 568	397 597 575
Resultados operacionais		145 170 846	103 782 184
Resultados financeiros	31	38 781 014	(82 286 954)
Resultados não operacionais	33	(148 586 604)	91 681 007
Resultados antes de impostos		35 365 256	113 176 237
Imposto sobre os rendimentos	35	32 730 385	37 204 338
Resultados líquido do exercício		2 634 871	75 971 898

IMPRESA NACIONAL EP

Contabilidade © Primavera BSS

O Presidente do Conselho de Administração

 Lando Sebastião Teta

O Contabilista, N° de Inscrição na OCPCA 20152845

 Lukombo Francisco João

Anexo 3: Demonstração do Fluxo de Caixa

NOTAS ÀS CONTAS COM REFERÊNCIA AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Demonstração de Fluxo de Caixa em 31 Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Kwanzas)

Demonstração de Fluxos de Caixa (Método direto)			
Empresa.....	IMPrensa Nacional - E.P		
Exercício findo em	31/12/2021		
Valores expressos em.....	AKZ		
Demonstração de Fluxos de Caixa.....	31/12/2021		
Rubricas	2021	2020	
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes	5 501 093 255	2 400 606 956	
Pagamentos a fornecedores	(1 682 880 324)	(726 218 867)	
Pagamentos ao pessoal	(1 377 860 611)	(1 258 383 590)	
Fluxo gerado pelas operações	2 440 352 321	416 004 498	
Pagamento / Recebimento de Imposto sobre o Rendimento	(61 688 072)	(207 690 646)	
Outros pagamentos/ recebimentos relacionados c/ atv.operacionais	(484 301 596)	(187 612 808)	
Fluxo de caixa antes da rubrica extraordinária	1 894 362 653	20 701 044	
Fluxos das actividades operacionais (1)	1 894 362 653	20 701 044	
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas	317 075	-	
Juros e proveitos similares	344 069 727	3 436 825	
Recebimentos de investimento	344 386 802	3 436 825	
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas	(113 152 331)	(77 869 731)	
Imobilizações incorpóreas	-	(7 809 000)	
Pagamentos de investimento	(113 152 331)	(85 678 731)	
Fluxo de caixa antes da rubrica extraordinária	231 234 471	(82 241 906)	
Fluxos das actividades de investimento (2)	231 234 471	(82 241 906)	
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	-	42 525 920	
Aplicação de depósito a prazo	-	100 737 762	
	-	143 263 682	
Pagamentos respeitantes a:			
Amortização de contratos de locação financeiras	(304 103 495)	(111 808 044)	
Juros e custos similares	(207 231 010)	(85 762 694)	
Aplicação de depósito a prazo	-	(100 737 762)	
	(511 334 504)	(298 308 500)	
Fluxos das actividades de financiamento (3)	(511 334 504)	(155 044 818)	
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	1 614 262 620	(216 585 680)	
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	284 174 802	500 760 482	
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1 898 437 422	284 174 802	
IMPrensa Nacional EP		Contabilidade © Primavera BSS	

O Presidente do Conselho de Administração

Lando Sebastião Teta
Lando Sebastião Teta

O Contabilista, N° de Inscrição na OCPCA 20152845

Lukombo Francisco João
Lukombo Francisco João

Página 3 de 22

Anexo 4: Notas Explicativas às Contas

NOTAS ÀS CONTAS COM REFERÊNCIA AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

INTRODUÇÃO

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Geral de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1 - Actividade

Fundada a 13 de Setembro de 1845 pelo então regime colonial português, publicou nesse mesmo ano o primeiro jornal oficial. No dia 1 de Julho de 1967, ocorreu a emissão do primeiro boletim oficial. No dia 10 de Novembro de 1975, foi editado e distribuído o último boletim oficial e, no dia 11 de Novembro de 1975, foi publicado o primeiro Diário da República Popular de Angola.

A primeira alteração à denominação ocorreu em 19 de Dezembro de 1978, passando para Imprensa Nacional – U.E.E. Em 28 de Maio de 2004, a Imprensa Nacional – U.E.E. é transformada numa Empresa pública, passando a designar-se Imprensa Nacional, E.P.

A Imprensa Nacional, E.P. concentra as suas actividades no domínio gráfico, com destaque para a produção de publicações do Diário da República, Formulário e livros.

2 - Políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Bases de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade Angolano publicado no Decreto n.º 82/01 de 16 de Novembro. As Demonstrações financeiras e os registos contabilísticos que as suportam foram preparados na base da continuidade e do acréscimo, em obediência aos princípios contabilísticos da consistência, materialidade, não compensação de saldos e comparabilidade e respeitam as características de relevância e fiabilidade da informação prestada.

2.2 - Bases de valorimetria adoptadas na preparação das demonstrações financeiras

A base valorimétrica globalmente adoptada foi o custo histórico, excepto para alguns bens do Imobilizado que por falta de documentação de suporte foram valorizados ao valor de reposição conforme estipula o Decreto Presidencial n.º 177/10.

As taxas de câmbio utilizadas para a valorimetria de activos e passivos cujo valor esteja dependente das flutuações da moeda estrangeira foram as seguintes:

- USD 1 convertido a AOA 554,981; e EUR 1 convertido a AOA 629,015; e ZAR 1 a AOA 34 900.

2.2.1 - Critérios de reconhecimento e bases de valorimetria específicas

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

NOTAS ÀS CONTAS COM REFERÊNCIA AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 2021 (i) encontram-se registadas ao custo de aquisição, que inclui despesas de transporte e despesas alfandegárias imputáveis aos bens de imobilizado. Para os bens que não foi possível determinar o custo de aquisição utilizou-se o valor indicativo de reposição conforme estipula o Decreto Presidencial n.º 177/10.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas definidas na Portaria n.º 755/72 para os bens adquiridos antes do ano de 2015 e no Decreto Presidencial n.º 207/15 para os bens adquiridos a partir do ano de 2015.

As taxas de depreciação utilizadas são as que resultam da vida útil assim definida:

Edifícios e outras construções	25	Anos
Equipamento básico	5	Anos
Equipamento de carga e transporte	5	Anos
Equipamento administrativo	5	Anos
Outras imobilizações corpóreas	5	Anos

b) Imobilizações incorpóreas

As amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas definidas na Portaria n.º 755/72 para os bens adquiridos antes do ano de 2015 e no Decreto Presidencial n.º 207/15 para os bens adquiridos a partir dos anos de 2015.

As taxas de amortização utilizadas são as que resultam da vida útil assim definida:

Outras Imobilizações Incorpóreas	5	Anos
----------------------------------	---	------

c) Existências

As Existências foram valorizadas ao custo médio de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois utilizou-se o mais baixo.

Os ajustamentos para o valor realizável líquido foram reconhecidos através da criação de provisões para depreciação de existências.

d) Contas a receber

As contas a receber são valorizadas ao custo histórico ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo histórico é o valor de registo inicial eventualmente corrigido para reflectir as diferenças de câmbio não realizadas determinadas pela aplicação da taxa de câmbio à data do fecho às quantias em moeda estrangeira em dívida na data de relato.



NOTAS ÀS CONTAS COM REFERÊNCIA AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

O ajustamento do custo histórico para o valor realizável líquido foi reconhecido através da constituição de uma provisão para créditos de cobrança duvidosa, a qual será anulada ou ajustada quando cessarem ou se alterarem as razões que determinaram a sua constituição.

e) Disponibilidades

As Disponibilidades são reconhecidas ao valor de registo inicial, eventualmente corrigido para reflectir as diferenças de câmbio não realizadas determinadas pela aplicação da taxa de câmbio à data do fecho às quantias em moeda estrangeira em caixa na data de relato.

f) Outros activos correntes

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas sub-rubricas de Outros valores a receber e a pagar.

g) Contas a pagar

As contas a pagar são valorizadas ao valor do registo inicial, eventualmente corrigido para reflectir (i) os juros vencidos, relativos a dívidas que não tenham sido pagas no vencimento (ii) e diferenças de câmbio não realizadas determinadas pela aplicação da taxa de câmbio à taxa de fecho às quantias em moeda estrangeira em dívida na data de relato.

h) Outros passivos correntes

A Empresa regista os seus custos e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são pagos. As diferenças entre os montantes pagos e as correspondentes despesas geradas são registadas nas sub-rubricas de Outros valores a receber e a pagar.

i) Vendas

O rédito proveniente da venda de produto acabado é reconhecido quando (i) se observarem as condições gerais para o seu reconhecimento como proveito (ii) e os custos referentes a essa transacção tenham também ocorrido no período. As Vendas, foram efectuadas em software de gestão credível e certificado, ou seja, os decretos presidenciais 149/13, já revogado e 292/18 actual, os seus requisitos obrigatórios se encontram nos documentos emitidos para os clientes.

j) Prestações de serviços

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido quando (i) se observarem as condições gerais para o seu



NOTAS ÀS CONTAS COM REFERÊNCIA AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

reconhecimento como proveito (ii) e os custos referentes a essa transacção tenham também ocorrido no período. As Prestações de serviços, foram efectuadas em software de gestão credível e certificado, ou seja, os decretos presidenciais 149/13, já revogado e 292/18 actual, os seus requisitos obrigatórios se encontram nos documentos emitidos para os clientes.

k) Erros e alterações de políticas contabilísticas

A correcção de erros na preparação de Demonstrações financeiras de períodos anteriores que foram descobertos e/ou corrigidos no período corrente foram (i) reconhecidos Outros Valores a Receber e a Pagar – Regularizar Continuar, (ii) como no exercício seguinte vamos continuar a efectuar correcções, apenas parte dela foram consideradas como erros fundamentais por tratar-se de montantes materialmente relevante.

l) Imposto sobre os lucros

A Empresa encontra-se sujeita à tributação em sede de Imposto Industrial Grupo A. O imposto é calculado com base no lucro tributável utilizando uma taxa nominal de 25%.

Os impostos sobre os lucros a pagar são valorizados ao custo corrente, determinado pela diferença entre o custo histórico do imposto que deveria ser pago e o custo histórico dos adiantamentos já efectuados.

É convicção da Administração da Empresa que não existem quaisquer responsabilidades fiscais relevantes, reais ou contingentes, para além daquelas registadas nas contas respectivas, que não tenham sido escrituradas e de que não ocorrerão correcções à matéria coletável, por parte das autoridades fiscais com efeito relevante nas contas da sociedade.

m) Eventos Subsequentes

Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimento posterior a 31 de Dezembro de 2021 que justifiquem ajustamentos ou divulgação nas Notas às Demonstrações Financeiras.

Luanda, 11 de Abril de 2021

O Presidente do Conselho de Administração


Lando Sebastião Teta

Contabilista, N.º Inscrição na OCPA: 20152845


Lukombo Francisco João

NOTAS AO BALANÇO

4 - Imobilizações corpóreas

4.1 - Composição

	Rubricas	Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
4.1	Edifícios e outras construções	4 660 504 354	1 903 510 072	2 756 994 282
	Equipamento básico	2 555 858 849	2 513 757 359	42 101 490
	Equipamento de transporte	388 957 677	256 188 052	132 769 625
	Equipamento administrativo	197 223 799	117 533 498	79 690 301
	Outras imobilizações corpóreas	81 354 948	40 275 869	41 079 079
	Imobilizado em curso corpóreo	349 469 140	-	349 469 140
	Adiant. por conta de imobil. Corp.	679 526 000	-	679 526 000
		8 912 894 767	4 831 264 851	4 081 629 917

Valor bruto do Imobilizado Corpóreo da IN está avaliado em AOA 8 912 894 767; sendo que a sua amortização acumulada é de AOA 4 831 264 851; consequentemente o valor líquido do Imobilizado Corpóreo é de AOA 4 081 629 917.

4.2 - Composição por critério de valorimetria adoptado

	Rubricas	Valor líquido		
		Custo Histórico	Valor de Reavaliação	Total
4.2	Edifícios e outras construções	4 660 504 354		4 660 504 354
	Equipamento básico	2 555 858 849		2 555 858 849
	Equipamento de transporte	388 957 677		388 957 677
	Equipamento administrativo	197 223 799		197 223 799
	Outras imobilizações corpóreas	81 354 948		81 354 948
	Imobilizado em curso corpóreo	349 469 140		349 469 140
	Adiant. por conta de imobil. Corp.	679 526 000		679 526 000
		8 912 894 767	-	8 912 894 767

NOTAS ÀS CONTAS COM REFERÊNCIA AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

4.3 - Movimentos, ocorridos durante o exercício, no valor bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reclassificação a menos	Reforço	Reclassificação a mais	Abates / transf.	Saldo Final
Edifícios e outras construções	4 660 504 354	-	-	-	-	4 660 504 354
Equipamento básico	5 488 616 425	2 974 469 260,15	23 862 921	17 848 764	-	2 555 858 849
Equipamento de transporte	740 617 691	486 456 271,66	79 640 351	55 155 907	-	388 957 677
Equipamento administrativo	213 359 968	93 549 212,27	15 749 056	65 860 202	4 196 215	197 223 799
Outras imobilizações corpóreas	18 998 915	16 906 440,00	1 338 827	77 923 646	-	81 354 948
Imobilizado em curso corpóreo	349 469 140	-	-	-	-	349 469 140
Adiant. por conta de imobil. Corp.	703 388 921	-	-	-	23 862 921	679 526 000
	12 174 955 415	3 571 381 184	120 591 155	216 788 518	28 059 136	8 912 894 767

No presente exercício (2021) foi realizado a contagem física dos bens moveis da empresa, por uma equipa externa a gestão da empresa. Do resultado obtido, do inventário apresentado por esta equipa, o imobilizado corpóreo teve que ser reclassificado a menos em montante de AOA 3 571 381 184, e a mais em montante de AOA 216 788, a contrapartida devidamente registada na conta 37991 – A Regularizar Continuar. O montante de AOA 96 728 234 foi o investimento feito pela empresa na aquisição de imobilizados neste exercício. O montante de AOA 23 862 921 tem haver com o equipamento básico que estava registado numa conta em curso em 2020, que entrou em funcionamento no presente exercício. Os bens moveis abatidos neste exercício foram de AOA 4 196 215.

4.4 - Movimentos, ocorridos durante o exercício, nas amortizações acumuladas

Rubricas	Saldo Inicial	Reclassificação a menos	Reforço	Reclassificação a mais	Abates / transf.	Saldo Final
Edifícios e outras construções	1 914 175 297	197 085 399	186 420 174	-	-	1 903 510 072
Equipamento básico	4 308 637 059	1 970 459 119	175 579 418	-	-	2 513 757 359
Equipamento de transporte	623 231 266	523 404 848	60 902 539	95 459 096	-	256 188 052
Equipamento administrativo	156 162 728	122 121 665	24 978 555	62 710 096	4 196 215	117 533 498
Outras imobilizações corpóreas	13 346 840	-	10 989 543	15 939 486	-	40 275 869
	7 015 553 190	2 813 071 031	458 870 229	174 108 679	4 196 215	4 831 264 851

No presente exercício (2021) foi realizada a contagem física dos bens moveis da empresa, por uma equipa externa a gestão da empresa. Do resultado obtido, constante do inventário apresentado por esta equipa, foi reclassificado a menos em amortizações acumuladas o montante de AOA 2 813 071 031, e a mais o montante de AOA 174 108 679, sendo a contrapartida devidamente registada na conta 37991 – A Regularizar Continuar.

4.7 - Compromissos assumidos para aquisição de imobilizações corpóreas

A Empresa assinou um contrato de locação para viatura junto do Banco Millennium Atlântico (via Leasing), mas por questões de liquidez, fez-se necessária à comparticipação dos funcionários, descontando-se do salário uma quota-parte para o futuro abate em 31 de Dezembro de 2021., Com isso, neste momento, o montante remanescente do Leasing corresponde ao montante de AOA 5 609 970,53.

5 - Imobilizações incorpóreas**5.1 - Composição**

	Rubricas	Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
5.1	Propriedade industrial e outros direitos e contratos	40 310 000	40 310 000	-
	Despesas de constituição	723 667	723 667	-
	Outras imobilizações incorpóreas	253 649 041	234 767 422	18 881 619
	Adiantamentos p/conta imob.incorp.	7 809 000	-	7 809 000
		302 491 708	275 801 089	26 690 619

5.2 - Movimentos, ocorridos durante o exercício, no valor bruto

	Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
5.2	Propriedade industrial e outros direitos e contratos	40 310 000	-	-	40 310 000
	Despesas de constituição	723 667	-	-	723 667
	Outras imobilizações incorpóreas	253 649 041	53 659 092	53 659 092	253 649 041
	Imobilizado em curso incorpóreo	7 809 000	-	7 809 000	-
	Adiantamentos p/conta imob.incorp.	53 659 092	7 809 000	53 659 092	7 809 000
		356 150 800	61 468 092	115 127 184	302 491 708

5.3 - Movimentos, ocorridos durante o exercício, nas amortizações acumuladas

	Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
5.3	Propriedade industrial e outros direitos e contratos	40 310 000	-	-	40 310 000
	Despesas de constituição	723 667	-	-	723 667
	Outras imobilizações corpóreas	228 601 996	6 165 426	-	234 767 422
					-
		269 635 663	6 165 426	-	275 801 089

Não obstante existir um software para o tratamento e controlo de todo o activo imobilizado (Software Primavera) e ter se concluído à sua contagem física, no entanto ainda não foi concluída a inserção total da informação e sua confrontação com os dados históricos constantes da planilha de Excel existente.

Com o processo em curso, auguramos apresentar toda a informação sobre o activo imobilizado por via do software Primavera no próximo exercício económico.

[Assinatura]

NOTAS AS CONTAS COM REFERÊNCIA AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

6 - Investimentos em subsidiárias e associadas

6.1 - Composição

	Rubricas	Valor bruto	Provisões Acumuladas	Valor Líquido
6.1	Subsidiárias			
	Partes de capital (a)	184 687 572,96		184 687 572,96
		184 687 572,96	-	184 687 572,96

O quadro acima refere-se a valores registados em exercícios passados de parte dos lucros da Imprensa Nacional não distribuídos e reinvestidos, constantes de relatórios de contas da Subsidiária (LEXDATA).

8 - Existências

8.1 - Composição

	Rubricas	Valor bruto	Provisões Acumuladas	Valor Líquido
8.1	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	527 047 771	-	527 047 771
	Produtos acabados e intermédios	530 580 382	6 502 500	524 077 882
		1 059 163 153	6 502 500	1 052 660 653

No que respeita às existências, a variação do produto acabado foi registada com base no inventário intermitente a 31 de Dezembro de 2021, pelo facto da empresa não possuir ainda um sistema de contabilidade de custo.

8.2 - Movimentos, ocorridos durante o exercício, nas provisões

	Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
8.2	Produtos acabados e intermédios	6 502 500	-	-	6 502 500
		6 502 500	-	-	6 502 500

Não foi necessário constituirmos provisões para custos ou perdas em existências neste exercício, por não haver em data de fecho do exercício económico em causa, riscos evidentes de alteração positiva dos preços dos itens mais relevantes em existências, conforme critério indispensável constante em legislação vigente. Assim mantivemos as provisões constituídas em 2020 que merecerão o seu tratamento no exercício seguinte.

9 - Contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2021, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

9.1 – Composição

Rubricas	Corrente	Não corrente		
		Vencível até 5 anos	Vencível a mais de 5 anos	Total
Valor Bruto				
Cientes-correntes	3 171 472 493			3 171 472 493
Fornecedores – saldos devedores	621 139 028			621 139 028
Estado a)	47 907 273			47 907 273
Pessoal	12 050 569			12 050 569
Outros devedores	57 391 964			57 391 964
	3 909 961 327	-	-	3 909 961 327
	3 909 961 327	-	-	3 909 961 327

O processo de circularização de clientes encontra-se em curso, decidiu-se que a provisão de clientes duvidosos será feito no exercício seguinte depois de terminada a conciliação da dívidas de clientes.

a) Estado

Total	34 856 987,71
IL - Retenção na fonte - Cliente	1 430 027,73
IL - a recuperar	553 249,00
IVA a Recuperar	32 873 710,98

10 - Disponibilidades

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas apresentavam os seguintes saldos:

10.1 – Composição

Rubricas	2021	2020
Saldos em bancos	1 887 639 332	279 168 911
Caixa	10 798 090	5 005 892
	1 898 437 422	284 174 802
	1 898 437 422	284 174 802

O montante em tesouraria aumentou em 568,14% comparado ao período anterior.

NOTAS ÀS CONTAS COM REFERÊNCIA AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

11 - Outros activos correntes

11.1 – Composição

	Rubricas	2021	2020
11.1	Proveitos a facturar:		
	Contratos plurienais em curso (nota 8.4)		
	Produção de manuais escolares - Ministério da Educação	1 204 974 490,18	-
	Encargos a repartir por exercícios futuros	50 331,00	1 700 000,01
		1 205 024 821,18	1 700 000,01

O quadro supra se refere ao adiantamento feito pelo Ministério da Educação no âmbito do contrato para a produção de manuais escolares cujas facturas são emitidas mediante a entrega de manuais. Os encargos a repartir por exercícios futuros são pagamentos efectuados pela empresa cujo os seus benefícios serão consumidos no exercício seguinte.

12 - Capital

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício de 2020 foi como segue:

12.1 - Composição e movimento no período

	Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
12.1	Capital	40 000 000	-	-	40 000 000
		40 000 000	-	-	40 000 000

O Capital da Sociedade é detido a 100% pelo Estado angolano, decorrente do seu Estatuto de E.P. – Empresa Pública.

13 - Reservas

O movimento ocorrido nas reservas durante o exercício de 2021 foi como segue:

13.1 - Composição e movimento no período

	Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
13.1	Reserva legal	8 000 000	-	-	8 000 000
	Reservas com fins especiais (a)	956 132 690	-	-	956 132 690
	Reservas livres	174 603 428	-	-	174 603 428
		1 138 736 118	-	-	1 138 736 118

O montante de AOA 8.000.000, em sede de Reserva Legal, corresponde aos 20%, que a Lei das Sociedades Comerciais determina como o mínimo legal para este tipo de reserva.

As reservas, registadas como "Reservas para fins especiais" tem o seguinte objectivo:

111

14.1 – Composição

	Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
14.1	Saldo inicial:				
	Movimentos no período				
	Transferência dos resultados do exercício anterior	961 956 004	887 518 604	-	1 849 474 609
		961 956 004	887 518 604	-	1 849 474 609

O montante de **AOA 887 518 604** refere-se à parte do valor de erros contabilísticos de exercícios anteriores, sobretudo o registo dos investimentos públicos realizados, que em função do valor bastante significativo, decidiu-se paulatinamente registar em erros fundamentais, afectando positivamente o resultado transitado.

15 - Empréstimos correntes e não correntes

Em 31 de Dezembro de 2021, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

15.1 – Composição

15.1	Rubricas	Corrente	Não corrente		
			Vencível até 5 anos	Vencível a mais de 5 anos	Total
	Emp. A médio e longos prazos	5 609 971	295 850 954	-	301 460 924
		5 609 971	295 850 954	-	301 460 924

15.2 – Movimentos ocorridos durante o exercício

	Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
15.2	Emp. A médio e longos prazos	482 448 922	344 481 823	531 079 791	295 850 954
	Parte cor. Dos emp. A médio e longos prazos	26 243 012	-	20 633 041	5 609 971
		508 691 934	344 481 823	551 712 832	301 460 924

Do valor da locação financeira inicialmente contratado, os registos demonstram que o saldo do Leasing das viaturas corresponde actualmente ao valor de **AOA 5 609 971**, e do empréstimo corrente ao valor de **AOA 295 850 954**.

15.11.2021

[Assinatura]

42 262 309 para multas e Juros com base no acordo com a Administração Geral Tributária, dos impostos que se encontram em detalhe na nota 19.

19 - Contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2021, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

19.1 – Composição

	Rubricas	Corrente	Não corrente		Total
			Vencível até 5 anos	Vencível a mais de 5 anos	
19.1	Fornecedores – correntes	1 561 672 544			1 561 672 544
	Clientes – saldos credores	3 108 027 982			3 108 027 982
	Estado (a)	481 423 288			481 423 288
	Outros credores	895 959 358			895 959 358
		6 047 083 172	-	-	6 047 083 172

Em clientes – saldo credores estão registados o montante de AOA 3 108 027 982 referente ao pagamento feito pelo Ministério da Educação no âmbito do contrato de produção de manuais escolares e adiantamentos de outras entidades públicas. Em outros credores é a conta no 37991 – A Regularizar Continuar, em 31 de Dezembro de 2021, em montante de AOA 874 713 158,44, é a “conta saco”, aonde são registados todos os erros de saldos iniciais, a menos ou a mais, sendo que no exercício seguinte as correcções e reconciliações continuarão até a total liquidação desta conta. A diferença de AOA 21 246 199,53 encontra-se registada na conta 379103 – Outros Descontos com Pessoal.

Os valores em dívida ao Estado e a outros organismos públicos em 31 de Dezembro de 2021 apresentavam a seguinte decomposição:

a) Estado



NOTAS AS CONTAS COM REFERENCIA AO EXERCICIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	Rubricas	2021	2020
	IL- imposto corrente	237 512 332	204 781 947
	IL - A pagar - Lei 19/14	-	114 442
	Imposto de produção e consumo	10 250 377	10 250 377
a)	Imposto de rendimento de trabalho	77 536 957	69 466 579
	IVA a pagar	24 196 281	14 159 144
	Imposto de Selo	9 640 392	9 640 392
	Instituto Nacional de Segurança Social	122 286 949	64 571 316
		481 423 288	278 993 655

O valor de **AOA 237 512 332** (IL-imposto corrente) é imposto sobre o lucro do exercício. Agrega valores do imposto sobre o lucro do exercício de 2021, 2020 e do exercício de 2019. No âmbito do Acordo de Regularização de Pagamentos Atrasados, a IN obteve um crédito fiscal diante a AGT que propiciará liquidação do respectivo montante. Importa salientar que, não obstante às cartas enviadas a AGT terem merecido o reconhecimento por parte desta, até a data de fecho deste relatório não foram efectuadas as devidas regularizações. Facto que constará do nosso relatório no exercício seguinte.

21 - Outros passivos correntes

21.1 - Composição

	Rubricas	2021	2020
21.1	Encargos a pagar	143 729 228	40 859 208
	Proveitos a repartir por periodos futuros	1 360 457 601	27 243 553
		1 504 186 829	68 102 761

Encargos a pagar aos órgãos sociais e pessoal em subsídio de férias e mês férias que serão pagas no decurso de 2022 perfazem o montante **AOA 143 729 228**.

Os proveitos a repartir por exercicios futuros referem-se à depósitos bancários de clientes que ainda não se traduziram em vendas efectivas.

LSC

NOTAS AS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

22 - Vendas

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, as vendas no mercado nacional apresenta-se como se segue:

22.1 - Composição das vendas por mercados

	Rubricas	2021	2020
22.1	Mercado interno		
	Venda	2 807 750 519	2 120 818 907
		2 807 750 519	2 120 818 907

O quadro supra se refere a venda de produtos acabados como livros, certificados, diplomas, canudos, blocos, cartão-de-visita, envelopes, modelos e formulário, que no período em análise averbaram um aumento em cerca de 32,39% face as vendas do exercício de 2020.

22.2 – Composição das vendas por tipo de actividade

	Rubricas	2021
22.2	Diários da república	15 923 468,29
	Livros - legislação	72 555 039,09
	Livros - Temáticas variadas	106 302 705,46
	Livros - Escolares	1 232 830 600,18
	Revistas e publicações diversas	97 104 638,37
	Produtos publicitários	24 252 010,43
	Estacionários	73 293 896,50
	Formulários	402 498 411,37
	Documentos Seguros	636 860 066,16
	Outros produtos	122 845 926,66
	Vendas por discriminar	28 516 884,10
	Descontos	- 3 233 127,87
		2 807 750 518,74

23 - Prestação de Serviços

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021, a prestação de serviços no mercado nacional apresenta-se como se segue:

23.1 - Composição das prestações de serviço por mercados

	Rubricas	2021	2020
23.1	Mercado interno	396 443 189,73	471 523 173,38
		396 443 189,73	471 523 173,38

Os serviços do quadro supra, se referem a prestação de serviços de publicações em Diário da República que face ao exercício de 2020 diminuiu em cerca de 15,92%.

23.2 - Composição da prestação de serviços por actividade

	Rubricas	2021
23.2	Serviços principais	
	Edição de diários Iª Serie	222 479 428
	Edição de diários IIª Serie	112 843 566
	Edição de diários IIIª Serie	19 618 145
	Serviços secundários	
	Encadernação e Outros Acabamentos Gráficos	382 854
	Assinaturas	41 119 197
		396 443 190

24 - Outros proveitos operacionais

24.1 - Composição

	Rubricas	2021	2020
24.1	Outros proveitos e ganhos operacionais	5 813 418,48	1 519 009,46
		5 813 418,48	1 519 009,46

O quadro supra se refere a venda de acessórios gráficos.

25 - Variações nos produtos acabados e em via de fabrico

	Rubricas	Existências iniciais	Ofertas e perdas ou ganhos	Existências finais	Variação do ano
25	Produtos e trabalhos em curso				
	Produtos acabados e intermédios	251 763 957,52		525 612 882,10	- 273 848 924,58
	Sub-produtos, desperdícios, resíduos e refulgos	251 763 957,52	-	525 612 882,10	- 273 848 924,58

O quadro supra se refere à informação obtida do inventário realizado pela equipa da IN a 31 de Dezembro de 2021, incluindo as aquisições do período, com base nos suportes remetidos a contabilidade e reconhecidos em conformidade.

27 - Custos das existências vendidas e das matérias primas e subsidiárias consumidas

	Rubricas	Existências iniciais	Compras	Existências finais	Custo do ano
27	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	489 247 096	708 379 134	527 047 771	670 578 459,61
	Matérias Primas	360 322 098	622 204 954	469 441 474	513 085 577,28
	Materiais diversos	128 924 999	86 174 181	57 606 297	157 492 882,33
	Mercadorias			-	-
	Devoluções		2 798 912		
		489 247 096	705 580 222	527 047 771	667 779 547,61

A informação sobre o custo das existências e das matérias primas vendidas, foi obtida do inventário realizado pela equipa da IN a 31 de Dezembro de 2021, incluindo as aquisições do período tendo por base os suportes remetidos à contabilidade e reconhecidos em conformidade.

28 - Custos com o pessoal

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, o custo com o pessoal discrimina-se como se segue:

[Assinatura]

NOTAS ÀS CONTAS COM REFERÊNCIA AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	Rubricas	2021	2020
28	Remunerações dos corpos sociais	153 507 025	291 714 883
	Remunerações do pessoal	1 051 006 639	783 190 104
	Encargos	84 340 525	78 768 761
	Outras remunerações a)	253 674 247	126 884 208
		1 542 528 435	1 280 557 956
	Número de empregados ao serviço da empresa	298	283

a) Outras Remunerações

	Rubricas	2021	2020
a)	Pensões	162 184	553 322
	Seguros acidente trab.doenç.prof.	300 000	-
	Formação	1 453 926	1 106 158
	Assistência ao Pessoal	1 500 000	-
	Alimentação	922 832	18 397 200
	Plafund Kero	20 095 250	90 849 625
	Despesas Medicas	9 321 415	1 540 148
	Despesas Fúnebres	4 113 700	620 000
	Despesas de Viagem	25 511 384	821 654
	Ajudas de custo	8 759 330	8 896 285
	Uniformes	-	1 986 225
	Indminizações	-	2 038 591
	Prémio de Reforma	-	75 000
	Subsidios	46 937 105	-
	Plafund Shoprite	122 148 321	-
	Aluguer de Transporte	12 448 800	-
	Total	253 674 247	126 884 208

29 - Amortizações

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, o saldo desta rubrica tinha a seguinte composição:

	Rubricas	2021	2020
29	Imobilizações corpóreas (Nota 4)	458 870 229	425 831 026
	Imobilizações incorpóreas (Nota 5)	6 165 426	5 848 401
		465 035 656	431 679 427

A diferença de montantes entre um exercício e o outro é pelo facto de termos feitos vários movimentos de regularizações, conforme mencionado na nota 4.3.

NOTAS ÀS CONTAS COM REFERÊNCIA AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

30 - Outros custos e perdas operacionais

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Rubricas	2021	2020
Sub-contratos	58 706 180	330 000
Fornecimento e serviço de terceiros	588 409 363	331 261 214
Fornecimento de terceiros	141 469 111	97 193 103
Água	3 064 040	62 830
Electricidade	10 803 045	14 383 748
Combustíveis e outros fluidos	8 380 082	4 454 395
Conservação e reparação	84 393 273	54 052 376
Material protecção, segurança e conforto	6 650 575	400 327
Ferramenta e utensílios de desgaste rápido	1 517 771	3 692 314
Material de escritório	4 028 780	9 044 480
Outros fornecimentos	22 631 544	11 102 634
Serviço de terceiros	446 940 252	234 068 111
Comunicação	6 519 636	5 883 641
Rendas e alugueres	27 418 980	58 062 111
Seguros	77 567	-
Deslocações e estadas	5 269 596	1 360 061
Despesas de representação	17 263	142 000
Conservação e reparação	14 309 867	63 127 499
Vigilância e segurança	15 654 600	15 120 000
Limpeza, higiene e conforto	19 394 447	14 051 139
Publicidade e propaganda	471 600	2 651 396
Contencioso e notariado	85 060	81 000
Assistencia técnica	-	16 030 706
Trabalhos executados no exterior	354 315 703	46 765 509
Honorários e avenças	1 857 495	8 125 082
Outros serviços	1 548 437	2 667 967
Impostos	5 646 384	30 365 244
Custo Tributação Autônoma	10 579 641	35 641 116
Custo Individamente Documentado	3 378 724	21 106 414
Custo não Documentado	7 200 917	10 903 277
Despesas Bancarias Não Documentadas	-	3 631 425
	663 341 568	397 597 575

As despesas não aceites fiscalmente no montante de **AOA 10 579 641**, dizem respeito as aquisições de bens e serviços cujos documentos de suporte, não estão alinhados ao artigo 11º do Regime Jurídico das Facturas e Documentos



NOTAS AS CONTAS COM REFERÊNCIA AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
Equivalentes e nem ao Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado.

31 - Resultados Financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	Rubricas	2021	2020
	Proveitos e ganhos financeiros	344 069 683	3 436 825
	Juros		
	De investimentos financeiros	22 636 933	2 642 689
	Outros	-	3 420
	Ganhos na alienação de participações financeiras		
	Outros	321 432 750	
	Realizadas	0	15 927
	Não realizadas	-	731 375
31	Descontos de pronto pagamento obtidos	-	10 474
	Outros		32 940
	Custos e perdas financeiros	305 288 669	85 723 780
	Juros	258 436 027	70 598 636
	Depósitos a prazo		3 294
	Diferenças e câmbio desfavoráveis		
	Não realizadas	1 185 175	
	Descontos de pronto pagamento concedidos	-	50 000
	Serviços bancários	45 667 468	15 071 850
		38 781 014	- 82 286 954

Os Ganhos na alienação de participações financeiras apresentam-se como a rubrica mais significativa que resulta da negociação da venda de títulos de tesouro para o BMA.

33 - Resultados não operacionais

Os resultados não operacionais têm a seguinte decomposição:

	Rubricas	2021	2020
	Proveitos e ganhos não operacionais	783 702,37	150 000 000,00
	Ganhos em imobilizações	317 075,00	-
	Correcções relativas a exercícios anteriores	450 000,00	150 000 000,00
	Outros proveitos e ganhos não operacionais	16 627,37	-
	Custos e perdas não operacionais	149 370 306,12	58 318 992,63
	Provisões	42 262 309,00	42 865 533,75
	Existências (Nota 8)	-	6 502 500,00
	Outros riscos e encargos	42 262 309,00	36 363 033,75
	Multas e penalidades contratuais	1 811 352,96	290 978,80
	Correcções relativas a exercícios anteriores	84 976 642,88	13 962 480,08
	Outros custos e perdas não operacionais	20 320 001,28	1 200 000,00
		- 148 586 603,75	91 681 007,37

NOTAS ÀS CONTAS COM REFERÊNCIA AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

As correcções relativas a exercícios anteriores dizem respeito a custos de exercícios anteriores, agravados a matéria em sede de imposto industrial, pois tratam-se de custos não aceite fiscalmente no exercício corrente.

35. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto industrial apurado, referente ao resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 é apresentado abaixo:

	Rubricas	2021	2020
35	Resultado contabilístico	35 365 256	113 176 237
	Correcções para efeitos fiscais:		
	A somar: Variações patrimoniais positivas		
	Custos e perdas não aceites para efeitos fiscais	10 579 641	35 641 116
	Custos anos anteriores	84 976 643	
	Lucro tributável (prejuízo fiscal)	130 921 539,50	148 817 352,68
	Taxa nominal de imposto	25%	25%
	Imposto sobre os lucros (a)		
	Taxa efectiva de imposto	32 730 385	37 204 338

De acordo com o Código do Imposto Industrial, foram acrescidas à matéria colectável custos indevidamente documentados e custos de anos anteriores, por não serem aceites como custo fiscal, conforme expresso na alínea d) do Artigo n.º 18 do CII.

47. Caixa e equivalentes de caixa

	Rubricas	2021	2020
47	Caixa		
	Numerário	10 798 090	5 005 892
	Saldos em bancos, imediatamente, mobilizáveis	1 789 935 318	177 882 149
	Depósito a prazo	94 129 014	101 286 762
	Outras disponibilidades	3 575 000	
		1 898 437 422	284 174 802

Anexo 5: Parecer dos Auditores Externos

ANGOLA

Rua dos Coqueiros Nº12 - 2º E 3º Andar -
Luanda (Angola)
NIF:541.735.3434
Telefone - +244 928 314 350 - +244 923470 919

www.bakertilly.pt

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE (Valores expressos em milhares de Kwanzas “mAOA”)

Ao conselho de Administração da:
Imprensa Nacional,E.P.

Introdução

1.Examinámos as demonstrações financeiras da Imprensa Nacional, E.P, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2021, que evidencia um total de mAOA 12.359.092 e um capital próprio de mAOA 3.030.845, incluindo um resultado líquido positivo de mAOA 2.635 as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. A Administração da Empresa é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os Princípios Contabilísticos geralmente aceites em Angola e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4.Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração da Empresa, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

ANGOLA

Rua dos Coqueiros Nº12 - 2º E 3º Andar -
Luanda (Angola)
NIF:5417353434
Telefone - +244 928 314 350 - +244 923470 919

www.bakertilly.pt

5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Imprensa Nacional, E.P. em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola.

Luanda 12 de Maio de 2022



Bakertilly Angola, LDA
Representada por H.J. Varandas
Perito Contabilista inscrito na OCPCA com o nº 20180176

Anexo 6: Parecer do Conselho Fiscal



CONSELHO FISCAL

PARECER SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E AS CONTAS, REFERENTES AO EXERCÍCIO FISCAL DE 2021

I. INTRODUÇÃO

- 1.1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, designadamente da Lei n.º 11/13, de 3 de Setembro, Lei do Sector Empresarial Público, do Decreto Presidencial n.º 15/17, de 2 de Fevereiro, Sobre o Estatuto dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização das Empresas Públicas e do Decreto Presidencial n.º 221/15, que aprova o Estatuto Orgânico da Imprensa Nacional, o Conselho Fiscal apresenta o relatório da sua acção fiscalizadora e emite parecer sobre o Relatório e Contas da Imprensa Nacional, E.P., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.
- 1.2. No exercício das suas funções, o Conselho Fiscal acompanhou a actividade da empresa, durante o exercício de 2021, participou nalgumas reuniões do Conselho de Administração, examinou a informação financeira disponibilizada e tomou conhecimento do Relatório do Auditor Independente, a empresa Bakertilly Angola, LDA.
- 1.3. Da análise efectuada ao Relatório de Actividades e às Contas da Imprensa Nacional, E.P., apresentado pelo Conselho de Administração, este Conselho Fiscal verificou a sua clareza e detalhe quanto à caracterização da actividade desenvolvida, tendo constatado que, para além de definir o enquadramento macro-económico, financeiro e sectorial em que se desenvolveu a acção da empresa, descreve as suas actividades, a evolução dos meios técnicos-materiais e a situação económica e financeira relativa ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2021.
- 1.4. Duma maneira geral, a Imprensa Nacional, enquanto gráfica nacional, garantiu a publicação de legislação e de outros actos dignos de publicação, em Diário da República, procedeu à impressão de livros, documentos de segurança, documentos académicos e diversos materiais gráficos pontualmente e prestou outros serviços solicitados pelos clientes, pelo que se pode considerar ter sido um ano razoável, do ponto de vista de prossecução do seu objecto social.

- 1.5. Sem prejuízo do acima referido, não deixa de ser preocupante a informação constante no quadro com a designação "Venda dos Principais Produtos", na página 25, segundo a qual a venda de formulários passou de Kz 1 341 874 581,00 em 2020, para Kz 279 064 472 em 2021, uma redução de 1 062 810 109,00 (79,20%), facto que merece uma minuciosa análise, para que sejam tomadas medidas adequadas, uma vez que este produto constitui fatia significativa do volume de vendas da empresa (em 2020 era de 60,68%), contribuindo não só na rentabilidade, mas sobretudo e significativamente na cobertura do custo global de produção.
- 1.6. As demonstrações financeiras estão em conformidade com as normas emanadas no Plano Geral de Contabilidade (PGC) em vigor em Angola, aprovado pelo Decreto n.º 82/01, de 16 de Novembro, e expressam de forma adequada e substantiva a situação patrimonial da Imprensa Nacional, E.P. a 31 de Dezembro de 2021.

II. RESPONSABILIDADES

- 2.1. É responsabilidade do Conselho de Administração apresentar de forma verdadeira e apropriada o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa e as Notas às Contas.
- 2.2. Ao Conselho Fiscal compete expressar uma opinião consciente, independente, profissional e imparcial sobre a gestão e as contas do exercício de 2021, assim como sobre o cumprimento das normas legais vigentes.

III. ANÁLISE DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADE E CONTAS

A. Quanto à actividade

- 3.1. À semelhança do ano anterior, em 2021 não se concretizou a esperada produção de uma encomenda do Executivo, de 6.000.000 de livros escolares, não obstante ter sido solicitado pelo Ministério da Educação, para produção de 4.850.732 unidades no final do ano, encomenda da qual forma concluídos apenas 196.280. Realce-se ainda que não foi iniciada a produção de selos de segurança para bebidas e tabacos, o que a adicionar-se à produção de livros escolares, melhoraria substancialmente as contas da empresa.
- 3.2. No entanto, preocupa, também, o facto da fábrica de livros do Cazenga permanecer durante a maior parte do ano ociosa, limitada a volumes de produção insignificantes face a sua capacidade de produção, o que leva a custos não compensados, reduzindo ainda mais a rentabilidade operacional do negócio, tal como reflectido no resultado do actual exercício.

- 3.3. Contudo, merece destaque neste ano o facto de se ter conseguido reconfigurar o Datacenter e implementar os serviços de Backup, integrador de replicação dos dados entre a sede da empresa e as Lojas, assim como implementar o DFS (Sistema de Arquivos Distribuídos), utilizado na replicação da informação entre a sede e a fábrica, tendo sido implementado ainda o serviço de CCTV.
- 3.4. O presente relatório de actividades revela uma gestão fortemente alicerçada nos assuntos correntes, tendo se mantido o regular funcionamento do processo produtivo da empresa, sem, entretanto, ter dado início ou sido implementado projectos novos.

B. Quanto às contas

- 3.5. Da análise efectuada ao Relatório e Contas apresentados pelo Conselho de Administração, ressaltam os seguintes aspectos:
- i. Nos termos do Decreto 401/15, de 8 de Junho, as empresas públicas e com domínio público devem apresentar o Relatório e as Contas numa base trimestral, com referência a 31 de Março, 30 de Junho 30 de Setembro e remetê-las ao IGAPE, num prazo não superior a 15 dias, a contar da data do final de cada período.
 - ii. Sem prejuízo do referido no ponto 1.6. deste parecer, constata-se que, apesar do Balanço fazer referência aos investimentos das associadas, (Gesterra e LExData) seus resultados ainda não estão aí reflectidos. Existindo resultados, positivos, negativos ou nulos, devem ser referidos no relatório de gestão, com a respectiva proposta de distribuição, se for o caso.

IV. ANÁLISE DO PARECER DO AUDITOR EXTERNO

O auditor independente, Bakertilly Angola - LDA , emitiu, a 12 de Maio do ano em curso, o seu parecer, no qual apresenta aquelas que foram as suas responsabilidades e a sua opinião, segundo a qual as demonstrações financeiras da Imprensa Nacional, EP apresentam, de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa, em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao exercício find nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola.

V. PARECER

Face ao exposto, na perspectiva de que as observações constantes do presente parecer sejam sanadas em exercícios futuros, este Conselho Fiscal é de opinião que o relatório e as contas da Imprensa Nacional, E.P., referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2021, sejam aprovados sem reserva.



Finalmente, o Conselho Fiscal regista com apreço e agradece toda a colaboração que lhe foi prestada pelo Conselho de Administração e por todos os colaboradores da empresa.

CONSELHO FISCAL DA IMPRENSA NACIONAL, em Luanda, aos 13 de Maio de 2022.

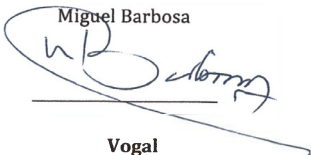
José Leiria


Presidente

Lourenço Filipe


Vogal

Miguel Barbosa


Vogal